



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA  
INSTITUTO CIBERESPACIAL  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS

MATHEUS AUGUSTO RIBEIRO SOARES

DICIONÁRIO MULTIMÍDIA BILÍNGUE PURUBORÁ -  
PORTUGUÊS

Belém/PA  
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA  
INSTITUTO CIBERESPACIAL  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS

MATHEUS AUGUSTO RIBEIRO SOARES

DICIONÁRIO MULTIMÍDIA BILÍNGUE PURUBORÁ -  
PORTUGUÊS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito final para obtenção do título de Licenciado em Letras Português, pela Universidade Federal Rural da Amazônia, sob a orientação do (a) Prof<sup>o</sup>. Dr. Jany Eric Queiroz Ferreira e co-orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Vilacy Moreira Galúcio.

Belém/PA  
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Bibliotecas da Universidade Federal Rural da Amazônia  
Gerada automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S676d Soares, Matheus Augusto Ribeiro  
Dicionário Multimídia Bilíngue Puruborá - Português / Matheus Augusto Ribeiro Soares. - 2023.  
84 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Letras/Português, Campus Universitário de Belém, Universidade Federal Rural Da Amazônia, Belém, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Jany Éric Queiroz Ferreira  
Coorientador: Profa. Dra. Ana Vilacy Moreira Galucio.

1. Revitalização Linguística. 2. Dicionarização. 3. Línguas Ameaçadas. I. Ferreira, Jany Éric Queiroz , *orient.* II. Título

---

CDD 410.3

MATHEUS AUGUSTO RIBEIRO SOARES

DICIONÁRIO MULTIMÍDIA BILÍNGUE PURUBORÁ -  
PORTUGUÊS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras Português, pela Universidade Federal Rural da Amazônia, sob a orientação do (a) Prof<sup>o</sup>. Dr. Jany Eric Queiroz Ferreira e co-orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Vilacy Moreira Galúcio.

Belém (PA), \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/20 \_\_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Orientador (a): Prof. Dr. Jany Éric Queiroz Ferreira

---

Co-Orientador (a): Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Vilacy Moreira Galúcio

---

Membro 1: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Antônia Fernanda de Souza Nogueira

---

Membro 2: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carlene Ferreira Nunes Salvador

Belém/PA  
2023

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, inicialmente, a todo o povo Puruborá pelo trabalho desenvolvido e por terem me permitido adentrar no seu universo sociocultural e linguístico para contribuir com o processo de retomada em vigência, em especial ao sabedor indígena Mario de Oliveira Neto Puruborá por todos os conhecimentos, trocas de experiências e parceria durante a pesquisa. Que este trabalho possa contribuir para tornar o sonho de ver a língua sendo falada novamente na comunidade uma realidade.

Dedico agradecimentos também aos senhores Paulo Aporéti Filho Puruborá e José Evangelista Puruborá (Nilo) *in memoriam*. Apesar de não ter tido a oportunidade de trabalhar diretamente com eles, ambos tiveram uma importância fundamental na realização desta pesquisa, pois forneceram a quase totalidade de dados linguísticos utilizados. Deixo aqui meu profundo agradecimento a estes dois grandes mestres e guardiões dos saberes do Povo Puruborá.

Gostaria de agradecer aos meus orientadores, ao prof. Dr. Jany Éric Queiroz Ferreira por toda a contribuição e pelo auxílio no decorrer da pesquisa. Reservo um agradecimento especial à prof. Dra. Ana Vilacy Galúcio pelos ensinamentos, pelo olhar crítico e por todas as orientações ao longo da pesquisa, mas também pelo incentivo e pelo reconhecimento que, sem dúvida alguma, foi o que me instigou a seguir trilhando o caminho da pesquisa e sem a qual nada disso teria sido possível.

Agradeço também aos meus familiares e amigos por todo o suporte que me ofereceram ao longo dessa pesquisa, em especial aos meus pais, que acreditaram em mim até nos momentos em que eu mesmo duvidei, por terem me ensinado sempre que a educação era o melhor caminho e por todo o incentivo que me deram para seguir na pesquisa.

Gostaria de agradecer aos meus colegas de trabalho da reserva técnica de linguística do Museu Paraense Emílio Goeldi por todas as trocas e contribuições ao longo do andamento da pesquisa.

Por fim, direciono meus agradecimentos a todas as instituições que fizeram parte da minha trajetória e me possibilitaram chegar até aqui: O Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos.

*Ailton Krenak*

## RESUMO

A invasão do território brasileiro protagonizada por portugueses a partir de aproximadamente 1500 constitui um fato histórico que alterou, tanto a dinâmica das relações geopolíticas mundiais, quanto interferiu diretamente na dinâmica sociocultural e espacial dos povos ameríndios que já habitavam o território brasileiro muito antes desta invasão. Uma das dimensões diretamente atingidas durante esse processo foi a dimensão linguística, ocasionando o apagamento de grande parte do patrimônio linguístico dos povos originários e reservando às demais línguas sobreviventes a ameaça constante de desaparecimento. O enfraquecimento e silenciamento das diversas línguas indígenas foi fator central para o projeto colonial de dominação se consolidar e se enraizar nas práticas cotidianas e nas relações sociais que se manifestaram em território brasileiro. É dentro de todo esse amplo contexto histórico e social que o presente trabalho intitulado “Dicionário Multimídia Bilíngue Puruborá - Português” se insere, com o objetivo geral de produzir uma obra lexicográfica da língua indígena Puruborá, a fim de auxiliar no contexto da revitalização linguística. No que concerne à metodologia utilizada para elaboração e produção do Dicionário Multimídia Puruborá-Português, esta se divide em duas etapas principais: uma primeira etapa teórico-metodológica e uma segunda etapa prática de elaboração do dicionário, ambas contemplam sub-etapas do trabalho. Como resultado, o dicionário conta com um total de 727 itens lexicais em Puruborá e seus correspondentes significados em língua portuguesa, sendo o vocábulo em Puruborá a entrada lexical no dicionário. Os itens lexicais estão distribuídos em um total de 11 campos semânticos, que consistem em agrupamentos de itens lexicais que guardam estreita relação semântica entre si. Além da organização do acervo lexical, pelo fato do produto consistir em material multimídia, há um total de 727 áudios de falantes da língua pronunciando o item lexical, e 507 áudios de uso da língua em contexto. Além disso, um total de 424 itens lexicais possuem imagens ilustrativas. Assim, conclui-se que a elaboração do Dicionário Multimídia Puruborá-Português é uma ferramenta que retorna à comunidade seu patrimônio linguístico na forma de um produto com utilidade e uso prático. Tal obra lexicográfica se insere no contexto da revitalização linguística da língua indígena Puruborá pois se propõe a funcionar como material de suporte ao aprendizado de Puruborá dentro e fora do espaço escolar.

**Palavras-chave:** Revitalização Linguística; Dicionarização; Línguas ameaçadas.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01: Software de transcrição ELAN.....	54
FIGURA 02: Tabulação dos dados no Libre Office .....	54
FIGURA 03: Organização dos dados na pasta .....	55
FIGURA 04: Workspace do script CSV2RMD.....	56
FIGURA 05: Campos Semânticos .....	59
FIGURA 06: Campo semântico Animais.....	59
FIGURA 07: Campo semântico Plantas (I) e Natureza (II) .....	60
FIGURA 08: Campo semântico Corpo (I) e Eventos (II).....	61
FIGURA 09: Campo semântico Manufaturas (I) e Números (II) .....	61
FIGURA 10: Campo semântico Pessoa (I) e Propriedades (II).....	62
FIGURA 11: Campo semântico Saudações (I) e Outros (II) .....	62
FIGURA 12: Verbete do dicionário .....	64

## **LISTA DE IMAGENS**

IMAGEM 01: Revisão do dicionário com a orientadora e um representante da comunidade 56

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 01: Divisão dos itens lexicais por campo semântico.....	63
--	----

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	6
1 DELINEANDO CAMINHOS: DA COLONIZAÇÃO AOS DIAS ATUAIS.....	10
1.1 Um debate histórico sobre a colonização linguística brasileira.....	10
1.2 Estruturação da política linguística do Brasil .....	15
1.3 A situação sociolinguística dos povos indígenas no Brasil atual .....	24
2 OS PURUBORÁ: HISTÓRIA, RESISTÊNCIA E A LUTA POR RECONHECIMENTO .....	29
2.1 Breves Aspectos Sociolinguísticos .....	29
2.2 Histórico do povo e do contato .....	30
2.3 Estudos sobre a língua .....	33
2.4 Revitalização, documentação e reconhecimento identitário.....	35
3 DICIONARIZAÇÃO .....	42
3.1 Conceitos Iniciais.....	42
3.2 Dicionarização de línguas em contexto de ameaça.....	44
3.3 Produção de dicionários bilíngues.....	48
4 METODOLOGIA .....	52
4.1 Etapa 1 - Pesquisa bibliográfica .....	52
4.2 Etapas 2 – Elaboração do dicionário .....	53
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	58
5.1 Do quadro técnico do produto .....	58
5.2 Das problemáticas de pesquisa .....	65
5.3 Das finalidades e usos .....	68
6 CONCLUSÃO .....	74
REFERÊNCIAS.....	76



## INTRODUÇÃO

A invasão do território brasileiro protagonizada por portugueses a partir de aproximadamente 1500 constitui um fato histórico que alterou, tanto a dinâmica das relações geopolíticas mundiais, quanto interferiu diretamente na dinâmica sociocultural e espacial dos povos ameríndios que já habitavam o território brasileiro muito antes desta invasão.

Esse processo de contato estabelecido entre portugueses e povos indígenas não ocorreu de forma pacífica dentro de um princípio de troca e reciprocidade mútua, mas sim, se deu a partir de uma política de dominação operada pelos colonizadores europeus visando à expansão econômica por meio da exploração em grande escala de recursos naturais.

Tal prática ia na contramão de todo um conjunto de percepções tradicionais de mundo dos verdadeiros habitantes deste território: os povos indígenas. Por conta do constante choque ocasionado por cosmovisões e culturas tão divergentes, o que se deu foi um processo extremamente violento de dominação do território e, conseqüentemente, dos indivíduos que aqui habitavam.

Esse conjunto de violências, tanto a nível material quanto a nível simbólico, se desenvolveu ao longo dos séculos de ocupação portuguesa no território e se estruturou enquanto um conjunto de práticas enraizadas no que se denomina cultura brasileira. Tais práticas de violência tiveram e, ainda têm, como foco principal as populações indígenas do Brasil.

Todo o conjunto de políticas historicamente operadas no território brasileiro tiveram como foco dizimar, silenciar ou assassinar as práticas culturais, as cosmovisões, as formas de organização política e religiosa, bem como os próprios sujeitos que as praticavam. A política implementada pela metrópole lusitana em relação ao Brasil teve como base o assassinato sumário e o genocídio explícito das populações indígenas do país em nome de um projeto histórico e de amplitude mundial almejado pela Coroa Portuguesa.

Tal movimentação posta em prática ao longo dos séculos que sucederam a primeira invasão serviu aos objetivos de Portugal no que tange à consolidação do poder e à dominação do território, das riquezas e dos corpos que habitavam esta terra. Por conta disso, estabeleceu-se laços coloniais que, em teoria, foram rompidos com o processo de independência, mas que na prática permanecem presentes como resquícios do período da colonização.

As marcas de séculos de colonização e violência ainda se fazem presentes no cotidiano da cultura brasileira até os dias atuais. As violências e os discursos de ódio direcionados às

populações originárias ainda se constituem enquanto realidade latente e distante de ser superada no contexto brasileiro.

Além disso, as violências operadas no âmbito da colonização atingiram também dimensões sociais, culturais e os modos de vida das populações originárias. Todo esse processo provocado pela interferência dos colonizadores resultou em uma perda significativa de parte da cultura material e imaterial dos povos indígenas do Brasil desde o início da invasão portuguesa, resultando em um processo forçado de aderência à uma cultura nacional dominante em detrimento da sua própria cultura tradicional.

Uma das dimensões diretamente atingidas durante esse processo foi a dimensão linguística, ocasionando o apagamento de grande parte do patrimônio linguístico dos povos originários e reservando às demais línguas sobreviventes a ameaça constante de desaparecimento. O enfraquecimento e silenciamento das diversas línguas indígenas foi fator central para o projeto colonial de dominação se consolidar e se enraizar nas práticas cotidianas e nas relações sociais que se manifestaram em território brasileiro.

Assim, o que se tem hoje em dia é um número reduzido de línguas indígenas remanescentes em comparação com a quantidade que existia no território quando iniciou a invasão portuguesa. E tais línguas, apesar de terem sobrevivido ao extermínio perpetrado pelos colonizadores portugueses, se encontram até os dias de hoje em uma situação de vulnerabilidade e risco de desaparecimento em decorrência de todo o impacto sofrido ao longo dos séculos de regime colonial.

Tal processo vem tentando ser revertido por parte das comunidades indígenas e de linguistas ao redor do mundo em um trabalho colaborativo em prol da salvaguarda e da preservação do patrimônio linguístico indígena remanescente. É dentro desse contexto mais amplo que práticas como a documentação e a revitalização de línguas indígenas se inserem a fim de fornecer estratégias para a conservação desse patrimônio, bem como meios de revitalizar as línguas indígenas através de práticas que incentivem seu uso no contexto das comunidades.

É dentro de todo esse amplo contexto histórico e social que o presente trabalho intitulado “Produção Lexicográfica de Línguas Indígenas Ameaçadas: Dicionário Multimídia Bilíngue Puruborá - Português” se insere, como objetivo geral, produzir uma obra lexicográfica da língua indígena Puruborá, a fim de auxiliar no contexto da revitalização linguística.

Além disso, o presente trabalho tem como objetivos específicos (I) organizar o léxico documentado da língua indígena Puruborá; (II) gerar versão do Dicionário nos formatos

impresso e eletrônico; (III) Restituir ao povo Puruborá o patrimônio linguístico no formato de um Dicionário multimídia. O presente trabalho está dividido em seis capítulos, os quais estão organizados da seguinte forma.

O primeiro capítulo intitulado “Delineando caminhos: da colonização aos dias atuais” realiza um panorama histórico do processo de colonização implementado a partir do século XVI em território brasileiro e elenca as principais políticas linguísticas operadas pelos colonizadores portugueses. Além disso, este capítulo discute também sobre os impactos do que se denomina colonização linguística e das políticas de línguas implementadas e como elas contribuíram para a realidade atual experimentada pelas línguas indígenas brasileiras.

O segundo capítulo intitulado “Os Puruborá: História, Luta e Resistência de um povo” se ocupa de uma caracterização do povo indígena Puruborá ressaltando aspectos socioculturais e históricos tanto do povo quanto do contato com não indígenas. Além disso, este capítulo aborda os estudos que se tem sobre a língua Puruborá, tanto em seus aspectos descritivos quanto em seus aspectos documentais, realizando levantamento do histórico de documentação de palavras ao longo dos anos.

O terceiro capítulo intitulado “Produção de obras lexicográficas: Dicionário Multimídia Bilíngue” debate os aspectos teóricos e metodológicos da produção e elaboração de obras lexicográficas, suas funções, formatos e métodos de organização no contexto de línguas minoritárias e em crescente risco de desaparecimento. Tal capítulo apresenta os aportes e métodos mobilizados ao longo do processo de produção da obra lexicográfica.

O quarto capítulo intitulado “Metodologia”, apresenta os principais procedimentos utilizados no decorrer da pesquisa. Tal metodologia se fundamentou em ferramentas postuladas por áreas como a lexicologia e a lexicografia, com foco em línguas minoritárias e em perigo. Além disso, tomou como base também metodologias de produção de dicionários digitais.

O quinto capítulo intitulado “Resultados e Discussão” apresenta um panorama geral do quadro técnico do Dicionário Multimídia Bilíngue Puruborá-Português, explicitando os resultados obtidos a partir do levantamento dos dados, bem como apresentando a forma como se deu a sua organização dentro da estrutura do dicionário. Além disso, traz discussões pertinentes ao processo de organização lexicográfica de línguas indígenas ameaçadas, bem como problemáticas enfrentadas e demais aspectos relevantes da pesquisa.

O sexto capítulo deste trabalho intitulado “Conclusão” apresenta as principais conclusões alcançadas a partir dos dados e das discussões dos mesmos. Este capítulo evidencia a importância do campo da revitalização nos processos de retomada linguístico-

cultural dos povos indígenas e como a produção de materiais de apoio da língua podem contribuir nesse contexto.

## 1 DELINEANDO CAMINHOS: DA COLONIZAÇÃO AOS DIAS ATUAIS

### 1.1 Um debate histórico sobre a colonização linguística brasileira

A história do país começa a ser contada a partir da invasão portuguesa no território que atualmente se denomina Brasil, porém, ela é muito anterior à presença do colonizador. Desde muito antes de 1500, existiam no Brasil diversos povos que originalmente habitavam toda a extensão territorial do país. Esses povos originários do território possuíam formas de organização, modos de vida, conhecimentos, culturas, cosmologias e línguas diferentes entre si, constituindo uma diversidade enraizada em solo brasileiro.

É esse cenário de diversidade cultural e, sobretudo, linguística que os colonizadores portugueses se deparam ao iniciarem o processo de colonização do Brasil. Quando os portugueses chegam em solo brasileiro por volta de 1500, trazem consigo, para além da ânsia de exploração do novo território, a vontade de estabelecer colônias de povoamento. Para tal, importam para a nova colônia os valores, crenças e práticas culturais da metrópole portuguesa, produzindo com isso, um choque entre as mais variadas visões de mundo e culturas que coexistiam naquele momento no Brasil.

Dentro desse conjunto de choques culturais experimentados nos primeiros séculos da colonização brasileira há um elemento de destaque que constitui uma das principais ferramentas no processo de dominação do território e, conseqüentemente dos povos que viviam aqui: a língua. Com a invasão brasileira, os portugueses se depararam com uma grande quantidade de línguas faladas pelos povos originários frente à língua portuguesa. A partir disso, pela compreensão do colonizador sobre a língua e sobre o papel que esta desempenha em uma comunidade, os portugueses aliaram ao processo de colonização das terras a dominação dos povos por meio de uma colonização linguística.

Diante disso, “Os efeitos ideológicos da colonização materializam-se em consonância com um processo de colonização lingüística, que supõe a imposição de idéias lingüísticas vigentes na metrópole e um imaginário colonizador enlaçando língua e nação em um projeto único.” (Mariani, 2004, p. 25). Assim, a língua entra em ação como uma ferramenta de dominação para garantir êxito no projeto colonizador e moldar a nova colônia em formatos semelhantes ao da metrópole.

Desse modo, a colonização linguística vai ser um *modus operandi* implementado pelo colonizador no cenário de dominação do Brasil, possuindo um funcionamento particular e fundamentação em crenças e valores oriundos da metrópole colonizadora.

“A colonização lingüística engendrada pela metrópole portuguesa é construída em torno de uma ideologia do *déficit* que, ao mesmo tempo é tanto já existente e prévia ao contato propriamente dito quanto serve para legitimar a forma como a dominação se processa.” (Mariani, 2004, p. 25).

Diante disso, a percepção dos colonizadores portugueses a respeito das línguas dos povos que viviam no território colonizado girava em torno da ausência de elementos quando em comparação com a língua portuguesa. Essa ausência fundamenta a noção de superioridade atribuída à língua da metrópole e legitima o lugar de inferioridade reservado às línguas da colônia, desse modo, justificando todo o processo de dominação e instituição da língua portuguesa sobre as demais línguas originárias do território.

Assim, constrói-se “[...] um sentido para a falta que já se presumia encontrar: o *F*, o *R* e o *L* inexistem na língua indígena e materializam a ausência *de um poder religioso, de um poder real central e de uma administração jurídica.*” (Mariani, 2004, p. 25). Essa noção construída em torno da ausência é o que dá base para, pelo olhar do colonizador, colocar os povos que habitavam o território em um lugar de inferioridade, visto que, a ausência dessas três letras na língua indígena pressupõe a ausência de instituições iguais ou semelhantes nas sociedades existentes no território colonizado.

“Na ótica do colonizador, essas três instituições nucleares do aparelho do estado - religião, realeza e direito - simbolizam um estado avançado de civilização que têm como base uma única língua nacional gramatizada e escrita.” (Mariani, 2004, p. 26). Assim, fica evidente que esses elementos se relacionam e ocupam papel essencial, na ótica do colonizador, para a constituição de um projeto de estado-nação e a ausência dele representaria um estado menos avançado deste projeto.

Desse modo, a língua ocupa um lugar de destaque dentro da construção de um projeto de estado-nação como elemento que garante uma coesão e homogeneidade entre os integrantes de um determinado território. Essa homogeneidade de uma língua única, necessária à constituição da nação, é contraposta à multiplicidade de línguas indígenas existentes no contexto do Brasil. Diante disso, na mentalidade do colonizador, a tendência das sociedades seria passarem de um plurilinguismo a um multilinguismo num processo de evolução para a constituição de um projeto de nação mais consolidada e com instituições tidas como essenciais e mais bem desenvolvidas.

Porém, tal processo de transformação de múltiplas línguas para uma única língua não é uma tendência natural, mas sim, induzida. Por isso, os portugueses desenvolvem métodos e criam condições para a instituição da língua portuguesa enquanto língua única na colônia para consolidar o território em um projeto homogêneo de língua-nação. Desse modo, existem

diversas práticas implementadas pelo colonizador para, não somente inserir a língua portuguesa na dinâmica das línguas em circulação no território, mas também, para instituir a língua portuguesa como língua única baseada em uma noção de superioridade desta frente às demais línguas indígenas.

Para tal, os colonizadores produziram um conjunto de práticas discursivas a respeito das línguas indígenas que passaram a circular dentro e fora da colônia, moldando um imaginário em torno destas que contribuía diretamente para o êxito do projeto colonial em curso. Assim, a língua portuguesa passa a ser usada como um instrumento dentro deste cenário para se instituir enquanto língua oficial, desenvolvendo em torno de si, além das práticas discursivas, políticas linguísticas que vão consistir em elementos-chave para a instauração de uma língua oficial na colônia.

Um primeiro mecanismo linguístico-discursivo posto em prática durante o processo de colonização linguística foi a nomeação. Este recurso passa a ser utilizado pelos colonizadores mediante a necessidade de desmistificar a colônia e se utilizam da língua portuguesa para tal feito. Assim, buscam explicar os elementos novos que encontram no território por meio da língua portuguesa e constroem sentidos para tais elementos que acabam por moldar um conjunto de conhecimentos sobre a colônia.

“[...] produzem-se descrições que começam a partir de “semelhanças” -isto é, com tentativas explícitas de vincular o sentido que se constrói ao que já é familiar, a uma espécie de tipologia que permitirá enquadrar o novo “objeto” em um tipo reconhecível, ao domínio de saber já existente no mundo europeu, o qual de certa maneira pré-constrói a inteligibilidade do discurso como um todo. (Mariani, 2004, p. 71).

Assim, a construção de sentido sobre os novos elementos encontrados aqui se dá por meio da comparação com elementos já existentes e conhecidos na Europa. Desse modo, a descrição de determinado elemento novo encontrado na colônia ocorre por meio da analogia com outros elementos já previamente conhecidos entre os portugueses baseados em características comuns. Com isso, os portugueses mobilizam outros sentidos nos processos de descrição para a construção do sentido novo e tais descrições edificam uma imagem mental que acaba por produzir um efeito pictural do elemento descrito.

Essa movimentação linguística representa inicialmente uma apropriação da realidade concreta da colônia por parte dos portugueses por meio da língua. Com isso, estes tornavam o território mais palpável e desmistificado aos olhos da metrópole, representando uma transição do que era desconhecido para o domínio do conhecido e, conseqüentemente, um avanço do processo de dominação e consolidação do projeto de língua-nação.

Além disso, o fato do sentido da nomeação ser construído por meio de descrições e comparações marca uma ausência de termo ou palavra adequada na língua portuguesa para nomear tal elemento. Com isso, se faz necessário o uso de termos em línguas indígenas, haja vista tal ausência, mas o sentido é construído em língua portuguesa.

“[...] essa utilização de nomes indígenas pode parecer como uma abertura para a alteridade, como se a existência da palavra em língua indígena realçasse a inexistência de palavras adequadas em português para aquele dado ‘objeto’ da flora, da fauna ou da geografia. No entanto, esse fato linguístico aponta para um gesto de interpretação que é o da captura, em um mesmo movimento, da natureza e das línguas, ambas desconhecidas, e da sua inserção no domínio de sentido do português.” (Mariani, 2004, p. 72).

Desse modo, apesar do termo estar em língua indígena, na sua construção de sentido ele é apropriado e inserido dentro de um domínio semântico do português. Tal fato representa uma ressignificação do que o processo de colonização linguística não era capaz de apagar, visto que, isto implicaria em uma impossibilidade de nomeação de algo existente na colônia que ocupava o lugar de novidade para os portugueses e por isso se fazia necessário conhecer.

Mariani (2004, p. 74) exemplifica tal mecanismo a partir dos escritos de Gândavo, um dos primeiros historiadores que produziu textos descritivos sobre o Brasil. “[...] os ‘tatûs’ são descritos a partir de semelhanças com o que é familiar aos europeus – “são tamanhos **como** coelhos e te um casco a maneira de lagosta como de cágado”. O termo comparativo “como” tem como função estabelecer tal conexão com o que é conhecido pelos europeus, inserindo esta no domínio semântico do colonizador português.

Além deste, há outro mecanismo linguístico-discursivo utilizado no decorrer do processo de colonização linguística para a consolidação deste processo: a origem da nomeação. Esta prática consiste em um jogo linguístico que opera a partir de uma determinação/indeterminação de quem nomeia os elementos da colônia que estão sendo descritos nos textos oficiais.

“Alternam-se, dessa maneira, dois funcionamentos: a explicitação da procedência indígena da denominação[...] e/ou a utilização de um nome sem a especificação de sua origem.” (Mariani, 2004, p. 74). Tal alternância configura uma rede complexa de papéis discursivos baseados em posições sociais de sujeitos que habitavam a colônia e que se relacionam nesse processo de nomeação, o qual serviu para colocar em dúvida a identidade de quem nomeia.

No que diz respeito às descrições da colônia em que há a determinação de quem nomeia, a nomeação de procedência indígena de determinado elemento é apresentada juntamente com a nomeação do mesmo elemento atribuída pelos portugueses. Esse mecanismo coloca ambas as nomeações em um papel de complementaridade entre si, porém,

na prática o que prevalece é a nomeação atribuída pelos portugueses enquanto a de procedência indígena é relegada ao segundo plano, ocupando um papel de informação complementar dentro da construção de sentido.

Assim, a determinação de quem nomeia é utilizada nos casos em que existe uma palavra ou termo em língua portuguesa capaz de nomear tal elemento, utilizando-se também a nomeação em língua indígena em segundo plano e atribuindo a origem da nomeação. Tal mecanismo linguístico garante a posição de destaque da nomeação atribuída pelos portugueses, visto que, coloca esta na posição de primeira nomeação por ser um elemento encontrado na colônia que já era previamente conhecido na metrópole.

No que diz respeito às descrições da colônia em que não há a determinação de quem nomeia, utilizavam-se verbos introdutórios de discurso relatado, ou seja, “a que chamam”, “que se diz”, etc. Tal mecanismo discursivo era operado para mascarar quem nomeava determinado elemento, sendo utilizado, de modo geral, em descrições nas quais não haviam palavras da língua portuguesa capazes de nomear determinado elemento encontrado na colônia.

Desse modo,

“Em muitos casos, depreende-se que o apagamento gramatical de quem está nomeando aponta para uma ambigüidade da posição de sujeito. Em outros casos, ao invés de uma oposição “índios” vs “portugueses”, depreende-se uma visão de conjunto [...] na qual também se encontra uma indeterminação[...]”. (Mariani, 2004, p. 76).

Assim, esse jogo linguístico entre os papéis discursivos nas nomeações de elementos encontrados em território brasileiro provocou um apagamento na origem da ampla maioria das denominações existentes, representando um silenciamento de quem nomeava a grande maioria dos elementos existentes na colônia.

Tais mecanismos linguísticos amplamente utilizados nos primeiros séculos de colonização do território brasileiro atuaram enquanto constituintes de uma política mais geral de línguas, que segue sendo operada em outros formatos nos séculos posteriores de desenvolvimento do Brasil, a qual tinha como objetivo consolidar e instituir a língua portuguesa como língua única falada no território e promover o apagamento sistemático das diversas línguas em circulação na colônia.

Estes primeiros passos funcionaram como alicerce para a constituição de um estado-nação baseado em uma língua oficialmente instituída e contribuiu para localizar as línguas indígenas existentes no território em um domínio de marginalidade ou de circulação não oficial. Tais práticas discursivas implementadas pelos portugueses no decorrer do processo de colonização funcionaram enquanto base para as políticas linguísticas de discriminação que

viriam a ser postas em prática na realidade brasileira posteriormente aos primeiros anos de projeto colonial.

## **1.2 Estruturação da política linguística do Brasil**

Após os primeiros séculos de colonização e com o avanço do conjunto de práticas que foram implementadas durante este período para a dominação do território, ocorre uma série de modificações a nível social, político, econômico e linguístico na colônia. Essas modificações trouxeram a necessidade de se produzir novas práticas que dessem conta de acompanhar tais dinâmicas que se desenvolviam. Assim, com o avanço da colonização, a metrópole passa a desenvolver diversas políticas que tinham como intuito legislar e regularizar o funcionamento da colônia a seu bel prazer.

Dentro dessa dinâmica de ditar o funcionamento da colônia em diversos âmbitos, entra em questão também a questão das línguas. Assim, no decorrer do processo de exploração e expansão das fronteiras da colonização, começam a surgir uma série de práticas e normas que funcionam como reguladoras das línguas em circulação no território colonizado. Com o intuito de instaurar valores e crenças linguísticas na colônia é que se estabelecem diversas políticas de línguas que passam a orientar as dinâmicas e relações dos sujeitos com as línguas existentes no território.

As políticas de línguas consistem em “[...] um conjunto de medidas, explícitas ou implícitas, adotadas predominantemente pelo estado - mas também por outros agentes sociais - para ordenar as línguas faladas em um determinado território.” (Freire, 2004, p. 90). Assim, as políticas de línguas são interferências realizadas pelo poder centralizador que alteram o funcionamento, as convenções e o uso da língua no território sobre o qual este detém poder. Dentro da dinâmica colonial, o papel de poder centralizador era exercido predominantemente pela metrópole, mais especificamente pela figura do monarca português, o qual legislava sobre a colônia, território sob o seu domínio.

Desse modo, tais interferências passam a compor a realidade da colônia com a instauração de políticas de línguas e abrangem

“[...] as normas jurídicas e as ações deliberadas desenvolvidas pelos aparelhos burocráticos do estado, da mesma forma que inclui o conjunto de atividades sociais que de alguma forma interferem no destino das línguas, cujas funções são analisadas, dessa forma, como um elemento de ordenamento social.” (Freire, 2004, p. 90).

Diante disso, existem duas dimensões de interferências possíveis dentro do conceito de política de línguas, a primeira é aquela exercida pelo poder centralizador e a segunda diz

respeito às ações de agente sociais. Ambos os tipos de alterações das dinâmicas linguísticas vão ocorrer dentro do contexto da história da colonização brasileira, visto que, nem todas as deliberações da coroa portuguesa eram seguidas à risca na colônia, enfrentando muitas vezes processos de resistência por parte dos sujeitos que compunham a realidade do território.

Dentro do histórico de políticas de línguas implementadas na colônia, existe a divisão em dois momentos nos quais a compreensão e os objetivos da coroa portuguesa eram distintos entre si, ocasionando diferentes tipos de interferências que provocaram resultados também diferentes na circulação das línguas no território. Em um primeiro momento, situam-se, “[...] as medidas da coroa portuguesa, até meados do século XVIII, que escolheu o português como língua administrativa e adotou a língua geral como língua de catequese e de comunicação interétnica.” (Freire, 2004, p. 135).

Essa primeira política de línguas demonstra que a preocupação inicial da metrópole era introduzir de forma gradual a língua portuguesa nas dinâmicas linguísticas do novo território. Para tal, delimitava o uso de cada uma das línguas a determinados espaços ou tipos de situações, permitindo a circulação de uma língua indígena tida enquanto língua de prestígio pelos portugueses (*língua geral amazônica*) nas relações estabelecidas na colônia.

Essa delimitação de espaços e situações nas quais podem circular cada uma das línguas consiste em uma tentativa de Portugal de garantir o lugar de importância do português dentro da dinâmica linguística da colônia, tanto que, atribui a ela a função de língua da administração pública. Desse modo, o português se torna, oficialmente na colônia, a língua pela qual vossa majestade comunica suas vontades, suas ordens e seus desejos aos súditos, delimitando o papel de prestígio que a língua portuguesa deve ocupar no contexto colonial.

O segundo momento diz respeito às “[...] decisões tomadas pelo reino português, na segunda metade do século XVIII - depois da ascensão de D. José I e de Pombal como seu primeiro-ministro -, que proibiram a língua geral e oficializaram o português.” (Freire, 2004, p. 136). Tal reorientação das políticas de línguas advindas da coroa portuguesa estão intrinsecamente ligadas ao processo de desenvolvimento da colônia, as disputas de poder dentro do território com os jesuítas e fora do território com outros estados-nações que reivindicavam partes do território.

Tal medida instituiu oficialmente a língua portuguesa enquanto língua única dentro das dinâmicas linguísticas da colônia. O aspecto da proibição do uso de línguas indígenas, especialmente a língua geral mesmo que nas comunicações triviais, e a obrigatoriedade de uso da língua portuguesa em todos os espaços e situações, não estando mais restrita ao espaço da

administração pública, representa um avanço na expansão de poder e no domínio português sobre a colônia brasileira.

Com a instituição oficial do português enquanto língua única da colônia brasileira, a metrópole portuguesa demarca linguisticamente o alcance do seu poder de conquista e dominação. Tal medida provoca consequências profundas nas demais línguas que circulavam no território, em especial as línguas indígenas, já fragilizadas com práticas anteriores de políticas de línguas e passam agora a não poderem circular no território, ocupando um lugar de marginalização que concretiza em parte o objetivo da coroa portuguesa, apagar as demais línguas e garantir a hegemonia da língua portuguesa na colônia.

Dentro da história das políticas de línguas implementadas em território brasileiro, há um conjunto de práticas específicas que se manifestaram ao longo destes dois momentos que foram de extrema importância para o objetivo final de garantir a hegemonia da língua portuguesa. Tais práticas giram em torno da interferência de agentes coloniais que acabam por influenciar o uso e o funcionamento das línguas nas relações estabelecidas na colônia.

Com o avanço das fronteiras da colonização da região litorânea para as regiões mais centrais do Brasil, os colonizadores desenvolveram outros tipos de práticas a serem implementadas para a garantia da dominação. Esse conjunto de práticas específicas, apesar de muito provavelmente ter sido implementada em outras regiões do Brasil, foram muito mais marcantes no contexto da região amazônica durante o período de intensa ocupação da região.

Baseado em documentação histórica, Freire (2004) afirma que há cinco momentos que mostram a intervenção de agentes da colonização nas dinâmicas linguísticas da região amazônica. Sobre isso, afirma que

“Não são fases acabadas ou fechadas, que se alternam uma após as outras, mas grandes tendências, algumas delas dominantes em determinado período e numa determinada zona, coexistindo com outras tendências em outros períodos, desaparecendo aqui e ressurgindo ali.” (Freire, 2004, p. 109).

Desse modo, fica evidente que os mecanismos de dominação coloniais mobilizados, pelo fato de não possuírem necessariamente uma linearidade, permitiam combinações entre si dentro de um mesmo espaço-tempo para garantir o processo de disseminação e instauração da língua portuguesa enquanto língua oficial da colônia. Desse modo, tais tendências consistem em tentativas de enfraquecimento do multilinguismo existente na colônia ao mesmo tempo que buscavam fortalecer a circulação do português no contexto do território colonizado.

O primeiro momento diz respeito à prática de formação de intérpretes durante os primeiros séculos de exploração do território, especialmente entre o século XVI e início do século XVII. Estes consistiam, geralmente, mas não unicamente, em indígenas que atuavam

como mediadores das relações entre colonos e indígenas nos momentos de contato. Tal prática já consistia em um *modus operandi* nos processos de dominação europeus, visto que, “Em todas as expedições, os europeus entraram em contato com os índios por meio de gestos e sinais ou utilizando, quando possível, os serviços de intérpretes” (Freire, 2004, p. 110).

O papel dos intérpretes nas expedições consistia na garantia de um contato básico dos colonos com outros povos indígenas pelos conhecimentos linguísticos e culturais que dispunham, garantindo uma comunicação e um entendimento entre ambas as partes e auxiliando na obtenção de informações importantes sobre a região, bem como na manutenção das relações estabelecidas nos momentos de contato.

Além disso, o papel destes intérpretes não ficava restrito somente ao auxílio da exploração do território, mas também servia à expansão da catequese e da fé católica, visto que, “Alguns colégios jesuítas funcionaram como centros de especialização de tradutores do discurso religioso em língua brasílica, capacitando, entre outros, os irmãos da companhia de Jesus que, não podendo administrar os sacramentos, ajudavam os padres nesta tarefa.” (Freire, 2004, p. 111).

Desse modo, os intérpretes atuavam como instrumentos de mediação em grande maioria das relações estabelecidas entre os colonos e os indígenas, tornando-se parte essencial das dinâmicas existentes no território. Nas mais diversas situações em que a comunicação se fazia necessária entre indígenas e colonos, a figura do intérprete era de extrema importância para a compreensão de ambos os lados.

Até mesmo nos espaços mais elitizados existia a presença de intérpretes para a garantia de uma comunicação efetiva entre os sujeitos presentes, como

“As audiências da Junta das Missões, realizadas periodicamente em Belém do Pará ou São Luís do Maranhão, também contavam sempre com intérprete ou tradutor oficial, que participava do interrogatório aos índios cativos para decidir se haviam sido aprisionados justa ou injustamente, o que determinava seu destino e sua condição de livre ou de escravo.” (Freire, 2004, p. 112).

Desse modo, evidencia-se que os intérpretes desempenharam dentro do projeto colonial um papel de grande importância, em especial no que diz respeito ao conhecimento mais aprofundado sobre as línguas que circulavam no território, visto que, a necessidade imposta de se ter contato com diversos povos consequentemente expunha estes intérpretes a uma ampla variedade de línguas que estes deveriam apreender minimamente para estabelecerem contatos e possibilitarem uma comunicação entre os povos indígenas e os colonos.

Esse fator de domínio da comunicação garantiu aos mesmos, não somente posições de prestígio, mas também um certo poder dentro das dinâmicas relacionais da colônia. O fato de

terem o poder de julgar as condições de aprisionamento de um indígena e decidirem seu destino dentro das audiências da Junta diz muito sobre o peso que tais figuras possuíam durante os primeiros séculos de implementação do projeto colonial.

Desse modo,

“Os intérpretes tiveram papel decisivo sobretudo nos primeiros momentos da conquista - no século XVI e início do século XVII -, mas continuaram tendo atribuições destacadas durante um longo período, contribuindo decisivamente para o recrutamento da força de trabalho indígena, através dos descimentos e dos resgates.” (Freire, 2004, p.112).

Fica evidente que a figura do intérprete ocupou múltiplos espaços e desempenhou diversas funções nas dinâmicas relacionais da colônia, garantindo a manutenção entre os contatos que se estabeleciam e proporcionando a comunicação entre dois mundos distintos que antes não tinham contato entre si. Esse fato introduz o bilinguismo dentro do contexto colonial e já se configura enquanto uma interferência nas dinâmicas linguísticas dentro do território e reorienta o funcionamento das línguas.

Essa prática de formar intérpretes para atuarem nas dinâmicas comunicacionais no âmbito da colônia respondeu à uma questão maior que diz respeito à uma superação momentânea das barreiras linguísticas e, conseqüentemente, comunicacionais que existiam entre os sujeitos que compunham o cenário da colônia. Esse fator contribuiu substancialmente para a expansão da dominação e acelerou o processo de conquista do território colonizado.

Outro momento da história das políticas de línguas implementadas no contexto amazônico consiste na expansão do tupinambá. Tal fenômeno, segundo Freire (2004), se deu a partir do estabelecimento de colonos e missionários no Grão-Pará, que trouxeram consigo indígenas aliados com quem se comunicavam utilizando a chamada língua brasílica, o que possibilitou o contato com o povo Tupinambá na costa da região do Salgado, visto a aproximação genética entre ambas as línguas.

Como consequência dessas interações,

“[...] as ações desenvolvidas pelos missionários referendam o tupinambá, transformando-o em língua de contato. Nos primeiros setenta anos da conquista (1616-1686), essa língua - sob os auspícios dos missionários e da Coroa portuguesa - expandiu-se pelos núcleos populacionais da Amazônia e pelas aldeias de repartição, para onde começaram a descer índios de filiação tupi e não-tupi, tornando-se uma língua de comunicação interétnica.” (Freire, 2004, p. 114).

Desse modo, a presença dos colonos no território amazônico altera a dinâmica das línguas da região pois ao elevarem uma língua indígena comum da região ao status de língua de contato, estes proporcionam a sua expansão para além das dimensões sociais e geográficas esperadas, visto que, aumentou-se consideravelmente a quantidade de falantes e também de espaços em que esta língua passa a circular.

Diante disso, a interferência desses agentes, tanto colonos quanto missionários, orientam as práticas linguísticas e comunicacionais no território para um monolinguismo que possui como base o tupinambá e estabelece esta língua como essencial nos processos de contato estabelecidos na região. Assim, o tupinambá passa a ser falado pelos diversos sujeitos da região e ocupa os mais variados espaços pois “Sua aprendizagem se dá na convivência entre falantes e usuários, tanto nas aldeias de repartição quanto fora delas. É essa língua que constitui a base histórica do que ficou conhecido como língua geral” (Freire, 2004, p.115).

A expansão do tupinambá e sua conseqüente derivação na Língua Geral Amazônica, graças à interferência de colonos e missionários, caracteriza uma política de línguas implementada pelos portugueses que possibilitou a ocupação da região, mantendo relações amistosas com os povos indígenas aqui residentes e tomando os caminhos mais simples para garantia da comunicação interétnica, modificando desta forma, as dinâmicas linguísticas da região.

Um terceiro momento das políticas linguísticas da região amazônica diz respeito à normatização da língua geral e a sua reprodução. Tais práticas, segundo Freire (2004), só foram possíveis por conta do Regimento das missões, documento que colocou nas mãos dos missionários a capacidade de governar os indígenas a nível político e espiritual, permitindo a intensificação dos descimentos que trouxe cada vez mais indígenas para as aldeias de repartição, ocasionando a superlotação destas.

A partir desse regimento que ampliou o poder de controle dos missionários sobre as populações indígenas que viviam no território amazônico, foi possível uma expansão também da disseminação da chamada língua geral e o estabelecimento de uma predominância desta entre os sujeitos com a finalidade de catequizar os indígenas.

“Estavam criadas as condições históricas para que a língua geral - a língua da catequese - fosse difundida entre um número maior de índios de forma mais sistemática, uma vez que a nova legislação garantia aos menores de 13 anos a permanência nas aldeias durante o ano todo, enquanto os adultos ficavam por um período de seis meses.” (Freire, 2004, p. 117).

Desse modo, acentua-se a expansão da língua geral e desenvolve-se a prática de um monolinguismo onde, inclusive, indígenas de outras línguas passaram a adquirir a língua geral e a utilizá-la no cotidiano para estabelecerem comunicação entre os demais. Tal expansão garante aos missionários um domínio sobre os indígenas tendo como instrumento a língua, domínio talvez até maior que o da própria Coroa portuguesa, visto que, os missionários eram os agentes externos que dominavam o uso da língua geral e utilizavam ela no dia a dia no contato com os indígenas enquanto a administração pública seguia utilizando a língua portuguesa.

Por isso, foram desenvolvidos métodos de sistematização e ensino da língua geral por parte dos missionários, pois “A preocupação dominante nesse período foi com a reprodução da língua geral de forma institucionalizada. Uma das estratégias consistiu em fazer circular gramáticas e dicionários[...]” (Freire, 2004, p. 117). O desenvolvimento de tais materiais permitiu um agrupamento dos conhecimentos linguísticos necessários e um maior acesso à língua pela circulação destes.

Assim, “[...] foram produzidos catecismos, orações, canções, peças de teatro e outros textos religiosos que circulam também oralmente nos aldeamentos e cujo controle político passou a ser exercido pelas ordens religiosas, amparadas pela legislação vigente.” (Freire, 2004, p. 118). Desse modo, a catequização acaba por contribuir para a disseminação da língua geral e atribui autoridade aos missionários nesse quesito pois passam também a cumprir o papel de ensino da língua.

Diante disso, “Esta atuação missionária, que tem por objeto introduzir novas funções para a língua, é vista como um intervencionismo, tanto na representação da língua, quanto na formulação de critérios normativos.” (Freire, 2004, p. 118). Esse fato caracteriza este momento enquanto importante na história das políticas de língua na Amazônia pois representa uma intervenção significativa nos rumos das dinâmicas linguísticas, constituindo uma interferência provocada por agentes coloniais na colônia.

Além disso, cabe ressaltar também que a instituição da língua geral enquanto meio de comunicação dentro da região significava o enfraquecimento das demais línguas indígenas que circulavam o território. Tal fator contribuiu para a perda de grande parte da diversidade linguística existente na Amazônia, visto que, a grande maioria das línguas existentes aqui caíram em desuso devido à expansão induzida da língua geral. Assim, tal prática pavimentou o terreno para uma ascensão da língua portuguesa e sua instauração enquanto língua única em um futuro relativamente próximo.

Um quarto momento das políticas de língua consiste nas tentativas de portugalização implementadas pela Coroa portuguesa em meados do século XVIII, a qual na figura do governador da região, realizou a substituição do Regimento das Missões e instituiu o Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão.

“Este foi o instrumento legal responsável, entre outras diretrizes, pela formulação da política de línguas na região, cujo eixo principal era oficializar a língua portuguesa e transformá-la na língua de comunicação interna de todos os moradores, tanto portugueses como mestiços e índios.” (Freire, 2004, p. 123).

A partir da promulgação deste decreto, a língua portuguesa passa a ser a única língua autorizada a circular dentro dos limites geográficos e políticos da colônia, sendo obrigatório seu

uso em todos os espaços e em todos os níveis de comunicação. Inicialmente, tal decisão não tem impacto prático dentro das dinâmicas sociolinguísticas da colônia, visto o nível de fortalecimento adquirido pela língua geral.

Porém, esta legislação é importante pelo fato de representar uma reorientação das políticas linguísticas vigentes até então, além de constituir uma intervenção impositiva por parte da administração pública em território colonial. Além disso, este decreto dá base para uma série de medidas implementadas pela Coroa portuguesa para o êxito na instituição da língua portuguesa enquanto língua única.

Como base de todo esse processo, há um conjunto de reformas político-administrativas e estruturais que alteraram o regime de funcionamento do poder centralizador que se localizava na colônia.

“Dessa forma, as aldeias onde estavam agrupados os índios de repartição foram formalmente convertidas em vilas, lugares e povoados que, em princípio, passariam a funcionar administrativamente segundo os modelos das povoações lusas, devendo os juízes ordinários, vereadores e oficiais de justiça ser escolhidos, quando possível, entre os próprios índios.” (Almeida, 1997 apud Freire, 2004, p. 123).

Assim, após estas reformas se seguiram diversas ações por parte dos administradores para uma maior difusão da língua portuguesa no contexto linguístico da região. Inicialmente cabe citar a mudança dos nomes das aldeias, as quais haviam sido convertidas em vilas, unidades administrativas legitimamente reconhecidas pela Coroa portuguesa que não podiam conservar seus nomes em língua geral. “Essas aldeias, num gesto carregado de simbolismo intencional, foram rebatizadas e tiveram sua toponímia modificada, perdendo seus nomes em língua geral e adquirindo nomes de vilas existentes na metrópole.” (Freire, 2004, p. 124).

Além desta, outra prática implementada para auxiliar na dinâmica de instauração da língua portuguesa foi, segundo Freire (2004), o incentivo à migração de portugueses para a colônia a fim de alterar o quadro demográfico da região, concedendo diversos privilégios políticos e à nível estrutural como terras e instrumentos agrícolas. Tal medida impactaria diretamente na proporção de falantes, provocando um aumento quantitativo significativo de falantes do português dentro do território colonial e uma relativa estagnação de falantes da língua geral.

“A língua portuguesa devia fortalecer-se na região com a chegada dos novos colonos, com os casamentos mistos e com a educação escolar.” (Freire, 2004, p. 124). Desse modo, tais práticas consistem somente em uma amostra de um conjunto mais amplo de medidas postas em práticas pela Coroa portuguesa para se tentar alcançar uma hegemonia da língua portuguesa na região amazônica.

A partir desse momento histórico, as interferências por parte da administração pública e do poder centralizador passam a ser mais constantes e operam diferentes mecanismos para ampliar a circulação da língua portuguesa e garantir a ela o status de única língua em circulação no território. Todas essas medidas vão ter como característica o fato de serem impositivas e alterarem significativamente o conjunto das dinâmicas linguísticas da região amazônica.

Um quinto momento importante dentro da implementação de políticas de línguas na Amazônia é caracterizado pela hegemonia da língua portuguesa, realidade que se consolida a partir da metade do século XIX, quando esta se institui oficialmente enquanto língua única na Amazônia. Tal momento é marcado, principalmente, pelo papel atribuído à escola para a expansão e ensino da língua portuguesa entre os indígenas ainda falantes da língua geral.

“Todo peso na difusão da língua portuguesa recaiu, de fato, sobre a escola, encarregada pelo governo da nova província de incorporar à sociedade brasileira os amazonenses falantes da língua geral - índios destribalizados, caboclos e mestiços.” (Freire, 2004, p. 129). Desse modo, as instituições educativas passam a desempenhar um papel central no processo de política de línguas na região amazônica, visto que, ao ensinarem unicamente a língua portuguesa, fortaleciam esta e destinavam ao esquecimento todas as outras.

O ensino da língua portuguesa nas escolas e o abandono do ensino da língua geral inverte a dinâmica de circulação das línguas no território e institucionaliza dentro do projeto colonial a língua portuguesa enquanto língua hegemônica tanto por proporcionar a sua expansão quanto por proibir o uso de outras línguas indígenas nos espaços.

“A função da escola não era tanto transmitir conhecimentos e valores que não podiam ser veiculados num idioma desconhecido pela população, mas impor a própria língua[...]”. (Freire, 2004, p. 132). Com isso, as primeiras instituições de ensino dentro da região funcionam unicamente enquanto instrumento de colonização linguística e garantidor da disseminação da língua portuguesa. Tal realidade legitimou o processo de dominação linguística e contribuiu para a afirmação do projeto colonial no Brasil.

Todo esse conjunto de práticas que foram implementadas desde o início da invasão portuguesa e que se desenvolvem e adquirem novas formas ao longo dos séculos de expansão do domínio português deram sustentação ao projeto colonial e alcance à política de hegemonia para ter influência sobre o território. O processo de colonização linguística e o desenvolvimento das políticas de línguas alcançaram o objetivo final de instauração de um regime linguístico da língua portuguesa e provocaram, como consequência de séculos de interferência à nível linguístico, o enfraquecimento ou o completo desaparecimento da ampla maioria das línguas indígenas existentes naquele período.

Todo esse histórico de interferências nas dinâmicas de circulação das línguas na colônia e, mais especialmente na região amazônica, são importantes para a compreensão do estado atual das línguas indígenas do Brasil e da realidade experimentada pelos povos indígenas após a invasão portuguesa. As ações dos colonizadores portugueses deixaram profundas marcas históricas ao longo dos séculos de dominação nas diversas culturas, cosmologias e línguas indígenas dos povos do Brasil cujas consequências são latentes até os dias de hoje no contexto e nas vivências desses povos que tiveram grande parte do seu universo apagado, especialmente a dimensão linguística.

### **1.3 A situação sociolinguística dos povos indígenas no Brasil atual**

Diante de todo o conjunto de práticas e estratégias implementadas na forma de políticas de línguas ao longo de todos os séculos em que perdurou a colonização portuguesa no Brasil, as línguas indígenas sofreram impactos diversos e foram gradativamente sendo enfraquecidas. Isso resultou em um crescente processo de desaparecimento ou perda de vitalidade da grande maioria das línguas existentes em solo brasileiro.

Com as diversas ações implementadas com o intuito de exercer e estabelecer a dominação do território e dos povos que nele viviam, os colonizadores portugueses provocaram mudanças irreversíveis no cenário indígena no Brasil nos mais diversos níveis, incluindo cultural e linguisticamente, o que acarretou transformações observadas até os dias de hoje, tanto a nível nacional quanto, mais especificamente, no conjunto da região amazônica.

“Sabe-se que a população indígena atual é bem inferior à que existia no passado. Apesar de a imigração européia ter sido relativamente limitada nos dois primeiros séculos do período colonial, as línguas nativas foram afetadas por esse processo. Estima-se que cerca de 75% das línguas se perderam ao longo de 500 anos.”  
(Moore, Galúcio, Gabas Junior, 2008, p. 37).

Tal redução das línguas indígenas do território representa um fator de preocupação, visto que, não será mais possível conhecer nenhuma das características, fenômenos e especificidades das línguas que desapareceram ao longo do processo de colonização. Com o desaparecimento, perde-se também uma quantidade imensurável de conhecimentos não só linguísticos mas também culturais.

Em 500 anos de contato entre indígenas e não indígenas perdeu-se, por resultado do processo de colonização linguística e das políticas de línguas operadas pelos portugueses, mais ou menos 3/4 das línguas indígenas existentes no Brasil desde antes da invasão européia. Isso demonstra o nível de empenho e a intensidade da ação portuguesa no território colonial para consolidar a dominação. Todas as práticas implementadas ao longo do período colonial foram

suficientes para provocar uma perda de grande parte da diversidade linguística e, conseqüentemente, cultural do Brasil.

Cada uma das línguas que desapareceu durante esse processo é extremamente importante, visto que, pelo fato de consistir em “[...] uma expressão única das capacidades cognitivas e neurológicas e das tradições culturais e trajetórias históricas do ser humano, as línguas representam um patrimônio imaterial essencial da humanidade.” (Galúcio, Moore, Van Der Voort, 2018, p. 195). Desse modo, as línguas em si fornecem pistas e/ou informam a respeito de todo o universo de cada um dos povos que a detém.

“[...] quando uma língua desaparece, não é somente o seu valor científico para os linguistas que se perde. As diversas estruturas linguísticas que as línguas apresentam refletem maneiras distintas que o ser humano inventou para se expressar e, conseqüentemente, implicam também seus possíveis limites psicológicos, cognitivos e neurológicos. A língua também representa, muitas vezes, um marcador essencial da identidade étnica e social de uma comunidade. Relacionado a isso, representa ainda uma estreita ligação com a história e a cultura de um povo, cujo conhecimento coletivo sobre os ecossistemas e as paisagens do ambiente em que vive está em certa medida conectado às formas e às estruturas da língua.” (Galúcio, Moore, Van Der Voort, 2018, p. 201).

Assim, existem diversas dimensões da experiência humana que estão associadas à língua e que são expressadas por meio dela. Desse modo, a perda da língua conseqüentemente implicará na perda dessas outras dimensões, o que acarreta um impacto significativo na coesão das populações indígenas por terem a língua como um dos elementos de constituição da sua própria identidade étnica.

Por serem um elemento indispensável na comunicação e na decodificação do mundo, as línguas guardam uma parte significativa dos conhecimentos tradicionais, crenças e valores, bem como práticas socioculturais e as cosmologias de determinado povo. Tais elementos constituem o conjunto de patrimônios que também são perdidos com as línguas que desaparecem, privando, desse modo, a transmissão desses conhecimentos e sabedorias que, em grande maioria, caracterizam e constituem a identidade de um povo.

Assim, tendo como base o quadro de línguas indígenas brasileiras desde o período em que se iniciou a colonização, estima-se que restou somente 1/4 do total das línguas. Moore et al (2008) afirmam que “Embora venha sendo repetido com freqüência que 180 é o número de línguas indígenas brasileiras, pelo critério de inteligibilidade mútua, a soma dificilmente ultrapassa 150. (Moore, Galúcio, Gabas Junior. 2008, p. 38).

Apesar de esse número não poder ser determinado com exatidão até o momento, fica evidente que ele constitui uma redução drástica do total de línguas indígenas brasileiras, devido aos processos de silenciamento e apagamento experimentados pelos povos indígenas ao longo dos séculos. Apesar disso, esse quantitativo também caracteriza um conjunto extremamente

representativo da diversidade de línguas indígenas, as quais ainda sobrevivem apesar das diversas investidas da língua portuguesa no passado e no presente.

“Tal medida de diversidade não conta o número absoluto de línguas diferentes, mas, sim, o número de famílias de línguas. A diversidade genealógica das 150 a 160 línguas indígenas faladas no Brasil inclui seis famílias muito grandes – Arawak, Karib, Macro-Jê, Pano, Tukano e Tupi –, oito famílias menores – Arawá, Bora, Txapakura, Guaycuru, Katukina, Nadahup, Nambikwara e Yanomami – e, ainda, sete línguas isoladas – Aikanã, Iranxe/Mky, Kanoé, Kwaza, Pirahã, Tikuna e Trumai. O Brasil possui, assim, 21 troncos linguísticos, o que representa uma diversidade muito grande.” (Galúcio, Moore, Van Der Voort, 2018, p. 197).

Desse modo, a diversidade linguística das línguas indígenas remanescentes no Brasil não reside tanto na quantidade absoluta de línguas, mas sim na ampla variação de famílias linguísticas existentes, as quais numericamente se fazem extremamente representativas no contexto linguístico brasileiro. Tal diversidade se mostra significativamente mais evidente quando se observa o contexto da região amazônica.

“A Amazônia é a região com maior densidade linguística dentro do país, abrigando mais de 100 línguas, ou seja, dois terços das línguas originárias ainda faladas no país. Dentro da Amazônia, os estados Amazonas, Pará e Rondônia são os que apresentam maior número de línguas originárias ainda em uso.” (Galúcio, 2020, p. 04).

Desse modo, a região amazônica ainda resguarda grande parte da diversidade linguística originária remanescente no país e se constitui na região mais rica linguisticamente. Tal cenário se justifica pelo processo de penetração do território ter se dado da costa e das regiões litorâneas rumo às regiões mais centrais, sendo mais tardio o processo de ocupação e de contato na região amazônica, além do caráter das políticas de língua implementadas na região.

Isso contribuiu para a salvaguarda de grande parte da diversidade linguística a nível nacional e localiza a região amazônica em uma posição de importância dentro do quadro linguístico geral brasileiro. Sendo detentora de parte significativa das línguas originárias existentes, esta região se apresenta enquanto foco de estudos e práticas de preservação para manter vivas todo esse conjunto de línguas.

Apesar do processo de colonização ter sido oficialmente encerrado no século XIX, ainda ficaram as marcas do período colonial até os dias de hoje, em especial no que concerne aos impactos e continuidades das políticas de línguas implementadas ao longo dos séculos. Por isso, as línguas indígenas remanescentes não se caracterizam necessariamente enquanto fora de perigo de extinção ou desaparecimento.

“[...] essas línguas que representam uma parcela importante do patrimônio linguístico-cultural da humanidade encontram-se fortemente ameaçadas, como resultado de um processo histórico de silenciamento. No decorrer dos últimos seis séculos, não somente as línguas originárias do Brasil têm historicamente sido silenciadas, mas também os povos [falantes] dessas línguas sofreram diversas formas de ataques a seus modos de vida, aos seus territórios e às suas próprias existências enquanto povos originários.” (Galúcio, 2020, p. 04).

Desse modo, mesmo após o fim do regime colonial, ainda se mantém em funcionamento diversas políticas de línguas que impactam diretamente na vitalidade das línguas ainda existentes e as colocam em risco de desaparecimento. Por isso, é possível afirmar uma continuidade das práticas coloniais e ações orientadas com base na experiência histórica do colonialismo que seguem colocando as línguas dos povos originários sob condições de ameaça de extinção ou sob práticas de controle e silenciamento que contribuem na mesma medida para o seu desaparecimento.

Assim, considerando uma lista de fatores que atestam a vitalidade das línguas, podemos verificar que o conjunto das línguas existentes apresenta diferenças quanto ao grau de ameaça de extinção. Tais indicadores são essenciais para se estabelecer a medida do nível de degradação sofrido pela língua ao longo do tempo e para fornecer os caminhos possíveis e necessários para a sua preservação enquanto patrimônio imaterial do seu povo de origem.

O grau de vitalidade de uma língua serve atualmente para medir com base em indicadores concretos o estado em que se encontra uma língua e como as políticas e ações de contato impactaram o seu funcionamento e transmissão, pois como indica Galucio (2021) “[...] o grau de ameaça e/ou vulnerabilidade de uma língua está diretamente relacionado ao nível de vitalidade linguística. Em princípio, quanto maior a vitalidade de uma língua, menor seria o nível de ameaça.” (Galúcio, 2021, p. 23).

Assim, a vitalidade se mede por meio de indicadores específicos baseados em fatores sociais e linguísticos que fornecem pistas sobre a caracterização da língua e seu estado atual. Tais fatores são

“[...] grau de transmissão intergeracional, número absoluto de falantes, proporção de falantes em relação à população total, domínios de uso, adaptação a novos domínios e mídias, existência de materiais disponíveis para educação, políticas públicas e reconhecimento institucional, atitudes linguísticas da comunidade de fala e quantidade e qualidade de documentação linguística da língua em questão.” (Unesco, 2003 apud Galúcio, 2020, p. 24).

Cada um dos fatores supracitados se configura em pontos específicos da realidade nos quais as línguas dos povos originários sofreram ou ainda sofrem interferência direta das políticas de línguas. Assim, avaliar tais fatores permite visualizar o impacto dessas políticas históricas a nível social e fornecem saídas para se recuperar ou se manter a vitalidade das línguas indígenas.

Todo esse panorama do cenário linguístico brasileiro demonstra a existência, mesmo que silenciosa, de políticas de línguas que são derivadas daquelas implementadas durante o regime colonial brasileiro e que ainda buscam o silenciamento sumário das línguas indígenas existentes até o dia de hoje. O fato de, atualmente, ainda existirem línguas com perigo de extinção mostra que ou essas políticas seguem sendo efetivas no que diz respeito ao seu objetivo de apagamento ou indica que aquele conjunto de políticas linguísticas implementadas pelos portugueses no período da colonização produziram impactos tão profundos a ponto de se tornarem irreversíveis.

Ambas as hipóteses constituem um problema para os povos indígenas que ainda seguem sofrendo os impactos das diversas práticas de silenciamento, ao passo que, orientam para a necessidade de retomada do conjunto de práticas linguísticas e culturais dessas populações indígenas, tendo como base auxiliar processos de documentação e revitalização das diversas línguas, a fim de salvaguardar o patrimônio imaterial de origem indígena do país e auxiliar esses povos nos processos de compreensão e reafirmação de sua identidade étnica e cultural.

## 2 OS PURUBORÁ: HISTÓRIA, RESISTÊNCIA E A LUTA POR RECONHECIMENTO

### 2.1 Breves Aspectos Sociolinguísticos

A língua Puruborá é uma língua falada pela etnia indígena de mesmo nome e, segundo Menezes, Galúcio, Vander Velden (2021), é a única representante da família Puruborá, do tronco tupi. O nome desta etnia é um etnônimo composto pelas formas na língua *puru* que significa onça e *borá* que é um coletivo, formando a denominação de “povo das onças”,

“O termo Puruborá é uma autodesignação, que o grupo traduz como “aquele que se transforma em onça para curar” (fazendo referência aos antigos xamãs). De acordo com alguns dos mais idosos, o nome “Puruborá” deriva de *puru*, “onça” na língua Puruborá, e quer dizer “povo das onças” ou “povo que vira [se transforma em] onça[...]”. (Menezes, Galúcio, Vander Velden, 2021).

Essa língua é falada por um povo tradicional que habita o estado de Rondônia e que, atualmente não possui terra indígena demarcada. Segundo Oliveira Neto (2020, p. 03), membro da comunidade Puruborá e atual sabedor indígena da aldeia,

“Somos um povo do estado de Rondônia pertencente ao ramo Puruborá da família Tupí. Hoje, uma parte do povo vive na Aldeia Aperoi, no município de Seringueiras BR 429 Manoel Correia. Outras pessoas vivem em outras localidades de Rondônia, como Costa Marques, Guajará-Mirim, Porto Murtinho, Porto Velho, Seringueiras, entre outras.”

Pela ausência de território reconhecido e demarcado como seu e pelo longo processo histórico de contato que resultou em uma ampla dispersão dos Puruborá, atualmente, os integrantes desse povo indígena vivem espalhados em diversos municípios do estado de Rondônia, incluindo uma área próxima ao Município de Seringueiras, onde está localizada a Aldeia Aperoi e onde vive um núcleo constituído por algumas famílias.

A aldeia Aperoi constitui o centro de referência territorial desse povo, em especial para os mais antigos, que em algum momento habitaram a região onde hoje se localiza a aldeia.

“A única aldeia Puruborá atual, a aldeia Aperoi, está localizada às margens da rodovia BR-429, entre esta e o rio Manuel Correia. A aldeia dista cerca de 32 Km de Seringueiras, sentido Costa Marques e seu território se espalha entre os municípios de Seringueiras e de São Francisco do Guaporé, leste do estado de Rondônia.” (Menezes, Galúcio, Vander Velden, 2021).

A última estimativa publicada sobre a população da etnia Puruborá, segundo dados do CIMI-Rondônia, girava em torno de aproximadamente um total de 200 indivíduos há cerca de dez anos (CIMI, 2004), vivendo em diversos municípios do estado, número bastante reduzido

em comparação a dados históricos sobre a população de Puruborá, em especial em anos anteriores ou iniciais ao contato. Este número pode ter aumentado nos últimos anos, porém não possuímos os dados demográficos atuais.

A língua Puruborá se caracteriza enquanto severamente ameaçada. Os dois últimos falantes, Sr Nilo Puruborá e Sr. Paulo Aporete Filho Puruborá, detentores dos saberes tradicionais e do que é possível lembrar da língua após tantos anos sem utilizá-la faleceram em 2021 e 2023, respectivamente. Hoje em dia, há uma parte dos Puruborá mais jovens que se interessam e se empenham para aprender a língua e mantê-la viva, visto o risco que corre de desaparecer com a partida dos anciãos.

Entre esses jovens encontra-se o professor Mário de Oliveira Neto, atualmente, é sabedor indígena na aldeia Aporoi e um dos únicos indígenas Puruborá mais jovens que tem conhecimento e fluência na língua. Segundo Oliveira Neto (2020), seu processo de aprendizagem da língua se deu a partir da leitura de vocabulários de palavras e da escuta das gravações da língua, materiais originados do projeto de documentação, além do aprendizado direto com os tios-avôs.

Os Puruborá vivenciam, atualmente, um processo de busca pelo reconhecimento de sua terra, por meio da demarcação, e de sua identidade indígena, ambas negadas pelo estado brasileiro. Além disso, esse povo vem colocando em prática um processo de revitalização de sua língua e um resgate de sua cultura material e imaterial a fim de preservar seus conhecimentos tradicionais, sua cultura e as formas de vida dos seus antepassados para que não caiam no esquecimento e se percam para sempre.

## **2.2 Histórico do povo e do contato**

A história do povo indígena Puruborá, apesar de possuir certas especificidades, não difere tanto das experiências de outros povos indígenas que tiveram, em algum momento da sua história, o contato com os não-indígenas no processo de exploração do território brasileiro. Tais experiências de contato, marcaram negativamente e produziram uma série de impactos e consequências a nível social, epistemológico, histórico e também linguístico no contexto de vida dos Puruborá.

Os Puruborá são um povo indígena que tradicionalmente são habitantes da região amazônica, no atual estado de Rondônia. Oliveira Neto (2020, p. 03), ao narrar a história do

seu povo, apresenta informações sobre os Puruborá obtidas com os anciões e afirma que “Eles relatam que nosso povo morava originalmente próximo do rio Branco, onde viviam em contato com os índios Makurap, Aruá e Tupari, mas migraram de lá em função de desavenças e se deslocaram posteriormente para o rio São Miguel.”.

Esta região é tida como região de origem pelo fato de a história dos Puruborá ser marcada por uma série de migrações resultantes de interferências de não indígenas na sua vivência.

A história dos Puruborá em contato com não indígenas que se tem registro passou a ser contada a partir do século XX, tendo iniciado com os processos de expansão da exploração da Amazônia como desenvolvimento e ampliação da prática econômica do extrativismo, bem como do reconhecimento da região para construções de linhas telegráficas, tendo como principal figura o Marechal Candido Rondon. Os Puruborá contam que

“As primeiras referências aos Puruborá começam no início do século XX. O povo era considerado “isolado” (isto é, sem contato com não indígenas) em 1900. Segundo alguns dos nossos anciões Puruborá, o Marechal Cândido Mariano Rondon teria feito contato com o nosso povo em 1912, nas proximidades do Rio São Miguel. Outros idosos contam que o Marechal Rondon já os teria encontrado em 1909, nas imediações dos Rios São Miguel e de seu afluente Manoel Correia.” (Oliveira Neto, 2020, p. 03).

Galúcio (2005), ao narrar a história dos Puruborá, afirma que eles relatam terem sido levados para os Postos Indígenas criados em 1912 por Marechal Rondon às margens do rio Manoel Corrêa. Essa migração constitui a primeira movimentação de migração de sua terra originária para viver nos referidos postos indígenas sob a suposta proteção dos agentes do antigo Serviço de Proteção ao Índio(SPI), devido à expansão do extrativismo na região e do iminente perigo de violência e ameaças ao estilo de vida gerado por essa atividade econômica.

Assim, os Puruborá migraram para esses postos indígenas e passaram a conviver, não somente com não indígenas, mas também com outras etnias indígenas que também migraram para os postos. Oliveira Neto (2020, p. 04), ao narrar as memórias que circulam na comunidade sobre a época de vivência nos referidos Postos Indígenas afirma que,

“Os nossos anciões contam que naquele primeiro momento, o posto indígena abrigava por volta de 600 pessoas, mas esse número foi reduzido para apenas 150 pessoas, por causa de epidemias de sarampo, catapora e cachumba, doenças que assolaram a região logo após os primeiros contatos entre indígenas e não-indígenas. Contam também que no posto indígena “Três de Maio” (ou Dois de Maio), além dos Puruborá, moravam também índios Gavião que já ocupavam a mesma região, e

posteriormente chegaram índios Cabixi e Miguelinho, que também viviam na região do rio Manoel Correia.”

Tais relatos dos anciãos Puruborá sobre os acontecimentos e a experiência de vivência nos postos indígenas sob direção do SPI revelam algumas das consequências do contato a longo prazo com não indígenas. O contágio de doenças pelo contato com não indígenas resultou em uma drástica redução populacional devido à consequente morte a qual foram levados os indígenas. No contexto narrado do posto em que viveram os Puruborá, em alguns anos houve a morte de aproximadamente 3/4 da população residente.

“Os Puruborá viveram nos referidos Postos Indígenas até 1949, ano da morte do chefe dos postos. Após essa data, os Puruborá, já em número bastante reduzido, iniciaram um processo de retirada e abandono da área onde moravam, à procura de trabalho e melhores condições de vida.” (Galúcio, 2005, p. 160).

Esse momento constitui o segundo processo de migração experimentado pelos Puruborá ao longo de sua história, ocorrido pelo grau de abandono e pelas condições de vida precárias experimentadas por eles no contexto dos postos indígenas. Assim, os Puruborá iniciam um processo de dispersão do grupo para localidades distintas, alguns se mantendo no posto, outros retornando a ocupar áreas próximas ao rio Manoel Correia e a grande maioria dirigindo-se para o meio urbano em busca de condições melhores.

Nesse ponto da história dos Puruborá, com o processo de migrações e dispersões, surge uma problemática em torno da demarcação de terras deste povo e no reconhecimento de sua identidade étnica por parte do governo brasileiro. A falta de conhecimento do governo brasileiro sobre as dinâmicas e os acordos historicamente determinados por agentes e representantes governamentais ao longo do processo de entrada na região amazônica é um dos motivos desses problemas.

“Na década de 1950, uma outra senhora da mesma família retornou para a terra de seus pais às margens do rio Manoel Correia, onde morou até 1994. Segundo os relatos dos Puruborá, nessa época, a FUNAI visitou a área, fazendo o reconhecimento e delimitação da terra indígena Uru Eu Wau Wau e limitou o acesso à terra dessa senhora Puruborá e de sua família por não (re) conhecer sua identidade indígena.” (Galúcio, 2005, p. 160).

Assim, de maneira relativamente arbitrária, a FUNAI demarca como território de outra etnia uma parte do território pertencente historicamente aos Puruborá. Isso ocorreu pelo fato da FUNAI não ter realizado uma pesquisa mais aprofundada na região e não levar em consideração os documentos históricos que atestam a presença dos Puruborá na região das proximidades do rio Manoel Correia.

Segundo Galúcio (2005), existem documentos históricos como Nimuendaju (1981), Koch-Grünberg (1932) e Sneath (1937), bem como Ribeiro (1967) - baseado em documentos do Serviço de Proteção ao Índio(SPI) - que corroboram com o relato dos anciãos a respeito da localização originária dos Puruborá nas proximidades da região dos rios Manoel Correa, Rio branco e São Miguel. Estes registros, os quais são parte integrante da história Puruborá e narram ela sob a ótica do contato, não foram levados em conta no momento da demarcação.

Tal fator se configura tanto em consequência do processo de dispersão sofrido pelos Puruborá e do permanente contato com não indígenas enquanto mantenedor de processos de apagamento e silenciamento dos povos indígenas ao não se reconhecer sua identidade étnica ou os processos históricos vivenciados por estes que asseguram direitos centrais para a manutenção destas comunidades. Após esse processo histórico conturbado, os Puruborá se dispersaram e grande parte da coesão sociocultural do grupo foi perdida, gerando consequências diretas especialmente nos processos de transmissão da língua e dos saberes tradicionais.

A partir do início dos anos 2000, inicia-se um processo de reorganização do povo Puruborá, com auxílio inicial de membros do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) de Rondônia na busca e localização de membros desta etnia, e a conseqüente retomada dos processos de afirmação de sua identidade étnica e busca pelo reconhecimento, além do reavivamento da sua cultura e da sua língua. Desse modo, o povo Puruborá atualmente se empenha em diversos processos de luta em busca de restabelecer o conjunto de práticas socioculturais, o uso e transmissão da língua e de saberes tradicionais, a demarcação de suas terras e o reconhecimento oficial de sua identidade por parte do governo brasileiro.

### **2.3 Estudos sobre a língua**

As informações e estudos a respeito da língua Puruborá vem se expandindo conforme avança o processo de retomada e revitalização da língua. Segundo Galúcio (2005), a primeira lista de palavras que se tem conhecimento é a coletada por Koch-Grünberg (1932) na cidade de Manaus com um jovem Puruborá. Nessa lista inicial, havia um total de 328 itens lexicais divididos em 21 campos semânticos, a saber, termos de parentesco, medicina e religião, partes do corpo humano, elementos da natureza, casa e manufaturas, numerais, pronomes, adjetivos, cores, animais mamíferos, aves, peixes, répteis, insetos, plantas, advérbios, verbos e preposições de tempo e lugar.

A segunda lista de itens lexicais na língua Puruborá foi coletada, segundo Galúcio (2005), por Bontkes (1968). Essa lista de palavras foi coletada na localidade de Limoeiro, próximo ao rio São Miguel, com uma senhora da etnia Puruborá chamada Tereza. A lista coletada por Bontkes (1968) tinha um conjunto de aproximadamente 49 palavras, bem menor que a primeira lista coletada.

A terceira lista de palavras, segundo Galúcio (2005), foi coletada por Moore (1989) que localizou três indígenas Puruborá vivendo separadamente na cidade de Guajará-mirim, em Rondônia, e realizou com eles juntos a coleta de um corpus de 130 itens lexicais. Esses dados se encontram hoje na coleção linguística do Museu Paraense Emílio Goeldi, tanto a sua versão gravada em fitas quanto as suas respectivas transcrições.

Uma quarta lista de palavras foi coletada por Montserrat (2005) já no contexto do movimento de retomada dos Puruborá. A coleta foi realizada em uma assembleia realizada pelo povo onde estavam reunidos grande parte dos membros do povo Puruborá, mesmo os que viviam em outros municípios. Nesse encontro, reuniram-se anciãos que possibilitaram a coleta de uma lista de 202 palavras na língua divididas em campos semânticos: Animais, partes do corpo, parentesco e designativos de seres humanos, fenômenos naturais, vegetais, Objetos culturais, adjetivos, nomes próprios, além de 11 frases na língua.

A lista de palavras mais recente foi coletada no contexto de um projeto de documentação do Museu Paraense Emílio Goeldi coordenado por Galúcio (2001 - 2007) e conta com aproximadamente 700 itens lexicais coletados ao longo dos 07 anos de trabalho de documentação. Os dados linguísticos coletados em vídeo e áudio, bem como transcritos, se encontram salvaguardados no Acervo de línguas Indígenas - ALIM do Museu Emílio Goeldi.

Além disso, outros estudos que tratam a respeito dos processos implementados no âmbito da revitalização da língua vêm sendo produzidos e publicados, inclusive por membros da própria comunidade indígena. Tal fator representa um avanço, visto que, hoje a própria comunidade está construindo e contando a sua história.

Ademais, a documentação permitiu estudos mais aprofundados e a descrição da fonética e da fonologia da língua Puruborá, bem como a elaboração de uma proposta ortográfica para a língua em trabalho não publicado (Galúcio, 2005; 2007).

Segundo Galúcio (2005), o sistema fonético e fonológico da língua Puruborá se divide em 27 fones consonantais e 14 fones vocálicos, sendo o segundo dividido em 08 fones orais e 06 fones nasais. Porém, essa configuração se altera ao se realizar análises com base em traços fonologicamente distintivos, nas quais o quadro vocálico reduz-se de 14 para 13 segmentos e o quadro consonantal é reduzido de 27 para 14 segmentos, onde /ʒ/ é incerto por aparecer somente uma vez no corpus da pesquisa.

“De modo geral, o sistema fonológico e a fonotática do Puruborá se conformam às características de línguas de outras famílias do tronco Tupi, especialmente as faladas em Rondônia, apesar de apresentar algumas propriedades que lhe são peculiares, como a ocorrência de consoantes implosivas e ejetivas, ainda que apenas no campo fonético.” (Galúcio, 2005, p. 191).

Desse modo, a língua Puruborá, apesar do avanço nos estudos a seu respeito, ainda possui muitos aspectos a serem investigados e descritos. Tal situação demonstra o caráter preliminar de descrição em que esta língua se encontra e impõe a necessidade de avançar em tais estudos para possibilitar outras práticas de revitalização da língua.

#### **2.4 Revitalização, documentação e reconhecimento identitário**

A colonização territorial e linguística operada no contexto brasileiro e, mais especificamente, na realidade amazônica deixou marcas profundas nos povos que habitavam o território, de mudanças socioculturais a pagamentos e silenciamentos que atingiram em grande medida os costumes, os modos de vida e as formas de traduzir e decodificar o mundo. Dentro desta última, o elemento que sofreu maior impacto foi a língua dos povos.

O povo Puruborá não está fora deste contexto e sua realidade foi profundamente alterada após os processos de contato experimentados ao longo do século XX, o qual deixou como herança uma perda inestimável no contexto cultural e principalmente linguístico desta comunidade indígena. Assim, com as diversas perdas e silenciamentos a nível linguístico, a língua Puruborá, atualmente, se caracteriza enquanto criticamente ameaçada e chegou ao ponto de correr profundos riscos de desaparecer.

É esse o cenário que motiva, nos dias de hoje, os processos de revitalização em curso no contexto do povo Puruborá que se iniciou a partir dos anos 2000 e tem como finalidade a salvaguarda do patrimônio linguístico ainda existente e o que dá base para a implementação e elaboração de estratégias para que a língua volte a ser utilizada dentro da comunidade. Assim,

“[...] todos esses processos de reversão de mudança linguística, de manutenção e de expansão de uso, de restauração da vitalidade, de fortalecimento, de retomada de uso de línguas ameaçadas, adormecidas e/ou minorizadas podem ser entendidos como processos de revitalização de línguas. (Galúcio, 2021, p. 27).

Desse modo, todo processo implementado com o objetivo de garantir o uso, fortalecer e restabelecer a vitalidade de uma língua ameaçada de extinção pode ser entendido enquanto revitalização. Assim, revitalizar se caracteriza enquanto necessário no contexto das línguas indígenas por terem sofrido os impactos do processo de colonização, o que resultou em uma perda de vitalidade dessas línguas ao longo do tempo. Alguns desses impactos, pelo grau de profundidade provocado pelo silenciamento e apagamento, colocaram algumas dessas línguas em uma situação de vulnerabilidade tão elevada a ponto de serem extintas ou se aproximarem disso.

Em contrapartida, têm sido registrados no Brasil, algumas iniciativas visando a revitalização de línguas indígenas. Galúcio (2021, p. 27) afirma que

“há um movimento crescente em muitas comunidades para fortalecer/reavivar/revitalizar/recuperar/(re)aprender a língua tradicional. Muitos desses processos têm como objetivo vitalizar, ou seja, tornar mais forte e ativo o conhecimento da língua tradicional e expandir ou retomar o seu uso na comunidade, [...]”.

Esse processo de retomada de vitalidade das línguas se faz extremamente necessário para preservar o universo linguístico dos povos originários. Nesse contexto, revitalizar perpassa por um conjunto de práticas que agem diretamente sobre os processos de circulação dessas línguas, do uso que se faz delas e para quais finalidades. Toda essa movimentação que vem ocorrendo, muitas vezes, tem como protagonistas as próprias comunidades indígenas que tomam a dianteira desses processos e têm na revitalização das suas línguas uma forma de reafirmação identitária.

Com o intuito de dar suporte a esse movimento mais amplo de revitalização que vem se desenvolvendo, foi necessário pensar estratégias para possibilitar a preservação desse patrimônio linguístico que, constantemente, vem sendo ameaçado e, a partir disso, traçar os meios para fazer com que as línguas voltem a ser utilizadas no contexto das comunidades. É nesse ponto que a documentação de línguas tem se colocado enquanto uma metodologia assertiva e também capaz de garantir tanto a preservação quanto dar base para o desenvolvimento de métodos e ferramentas a serem utilizados no âmbito da revitalização.

Assim, a documentação linguística busca

“[...] em última instância, compilar um registro multiuso/multifuncional representativo e duradouro de uma língua natural ou de uma de suas variedades. A documentação linguística assim compreendida envolve a coleta, o processamento e o arquivamento de dados linguísticos primários. (Galúcio, 2021, p. 27).

Um registro de tal natureza no contexto de uma língua ameaçada fornece dados suficientes sobre o nível de perda linguística sofrido por essa língua e permite traçar as

melhores estratégias de revitalização a partir do status em que ela se encontra. Além disso, o registro de uma língua constitui um inventário linguístico palpável onde estão presentes o conjunto de conhecimentos tradicionais e as formas de ler e decodificar o mundo através da linguagem de todo um povo, caracterizando um acervo capaz de preservar o que ainda existe da língua e utilizar isso para estimular o seu uso.

Desse modo, a documentação linguística, especialmente quando aplicada no contexto de línguas ameaçadas, se mostra um método capaz de auxiliar em processos de revitalização e preservação dessas línguas. Assim, a documentação funciona como uma forma de fortalecimento das línguas e constitui um instrumento que auxilia no processo de revitalização das línguas indígenas.

Ambos os processos, a documentação e a revitalização, funcionam a partir de objetivos imediatos, métodos e motivações próprias. Porém, existem modelos teóricos que buscam estabelecer uma intersecção entre ambas a fim de obter resultados mais eficazes tanto na preservação quanto no aumento do grau de vitalidade das línguas indígenas. Assim, há

“[...] um modelo de trabalho em que as atividades de documentação e de revitalização operam em um contínuo de retroalimentação (feedback loop), em que o resultado de uma etapa alimenta o início da outra etapa, de modo que um componente alimenta o outro, em uma interação contínua e produtiva. (Fitzgerald, 2020 apud Galúcio, 2021, p. 29 ).

Desse modo, dentro dessa proposição teórica, a documentação e a revitalização seriam etapas de um mesmo processo onde o resultado final de uma etapa daria os subsídios necessários para o início e desenvolvimento da outra em um processo de retroalimentação constante. Essa metodologia com base na complementaridade das etapas possibilita o alinhamento dos objetivos de pesquisadores e comunidade indígena durante os esforços implementados com o intuito de preservar o patrimônio linguístico e promover o uso da língua no contexto da comunidade indígena.

Além disso, Galúcio (2021) complementa esse modelo teórico com outras duas etapas que se fazem essenciais no processo de trabalho: a capacitação e a análise linguística. Ambas etapas inseridas dentro desse modelo teórico de retroalimentação constroem uma engrenagem de funcionamento que atende a diversas necessidades a nível mais específico, mas que são essenciais no âmbito de estudo dessas línguas. Assim, a etapa de capacitação possibilita a construção de experiências de pesquisas de base comunitária tendo a comunidade, senão à frente, integrada ao processo de preservação e desenvolvimento de estratégias para uso da língua. Para além, a etapa da análise linguística permite o conhecimento mais aprofundado da

língua a nível gramatical, sua classificação e da base para o desenvolvimento de estudos futuros.

Desse modo, cada uma das etapas desse modelo teórico que integra documentação, revitalização, análise linguística e capacitação constituem-se enquanto metodologias essenciais, nos dias de hoje, diante do contexto vivenciado pelas línguas indígenas do Brasil, visto que, em sua grande maioria, estas vêm sofrendo com processos de perda de vitalidade, as quais são frutos de processos mais amplos de apagamento e silenciamento operados ao longo dos séculos.

Essa metodologia de trabalho

“[...] é um dos pilares do programa permanente de documentação de línguas e culturas indígenas do Museu Paraense Emílio Goeldi, que também inclui a capacitação de membros das comunidades para realizar documentação e a participação da comunidade em todas as etapas dos projetos de documentação. (Galúcio, 2021, p. 29).

Tal metodologia vem sendo aplicada no contexto de documentação e revitalização de diversos projetos do Museu Goeldi, dentre eles, o projeto de documentação da língua Puruborá. Esse projeto funcionou entre os anos de 2001 e 2007 e realizou a documentação de aproximadamente 51 horas de vídeo e 31 horas de áudio contendo informações e dados de natureza linguística, os quais atualmente se encontram armazenados no Acervo de Línguas Indígenas do Museu Paraense Emílio Goeldi - ALIM. Esse projeto de documentação possibilitou a publicação de um Vocabulário Ilustrado de Animais na Língua Puruborá (Galúcio, Puruborá, Aporeti, 2013).

Com o desenvolvimento desse trabalho de documentação, foi possível a implementação de processos de revitalização da língua por parte do povo Puruborá, tomando como base os resultados da documentação linguística para iniciar o processo de ensino aprendizagem da língua (Oliveira Neto, 2020).

Atualmente, a principal forma de revitalizar a língua implementada pelos Puruborá tem sido o seu ensino aprendizagem no contexto escolar. Com o desenvolvimento do projeto de documentação, muitos jovens compreenderam a importância da língua tradicional e a necessidade de atuar na sua preservação. Por conta disso, alguns deles se empenharam no aprendizado da língua para que pudessem ensinar, posteriormente, às futuras gerações.

O papel desempenhado pela documentação da língua fica evidente no relato do sabedor indígena Mário de Oliveira Neto, uma das principais figuras no cenário da retomada e da revitalização da língua Puruborá e um dos jovens que se interessou pelo aprendizado da língua. Segundo Oliveira Neto (2020), foi a partir do contato com o Vocabulário Ilustrado

(Galúcio, Puruborá, Aporeti, 2013) e com os sons da língua que este se interessou pelo seu aprendizado. “Eu fiquei muito feliz em conhecer um pouco da língua, e então me empenhei em aprender porque era algo novo para mim, pois não conhecia nada da língua e outros aspectos culturais do nosso povo[...]”. (Oliveira Neto, 2020, p. 09).

A materialização do projeto mais amplo de revitalização da língua e cultura Puruborá, posto em prática por toda a aldeia, está na Escola Ywara, espaço de ensino que conta com professores indígenas contratados e que funciona dentro da aldeia Puruborá. “A Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental Ywara foi fundada em 2005, numa construção de madeira coberta de palha em frente à casa de minha avó Emília. Era uma espécie de galpão onde também aconteciam as assembleias do povo”. (Oliveira Neto, 2020, p. 11).

A fundação da escola se apresenta enquanto marco desse processo de revitalização, pois oficializa o empenho na retomada do uso da língua e proporciona um espaço físico para o seu ensino aprendizagem. Assim, a escola que, dentre outras tarefas, trabalha com disciplinas voltadas para o ensino da cultura e da língua materna, constitui um verdadeiro empenho em recuperar e passar adiante esses saberes tradicionais e possibilitar a transmissão intergeracional da língua para que ela seja reavivada pelas novas gerações.

Assim, demarca-se o esforço empregado na tarefa de manter viva e perpetuar a própria cultura, além da necessidade do desenvolvimento de métodos que facilitem esse reencontro com os saberes tradicionais Puruborá. “É na escola que realizamos a aprendizagem da cultura e da língua tradicional Puruborá. Então a escola simboliza esse lugar central onde estudamos sobre nossos antepassados, aprendemos os rituais e reforçamos a atual luta política e social do povo.” (Oliveira Neto, 2020, p. 12).

Diante disso, fica evidente a dimensão eminentemente política possibilitada a partir dos processos de documentação e revitalização das línguas, pois tais processos dão base para a reconstrução identitária dos povos indígenas após séculos de apagamento sumário realizado no âmbito da colonização. “Hoje podemos dizer que nós somos povos indígenas e a segurança disso é a nossa língua materna [...]” (Oliveira Neto, 2020, p. 13). Assim, conhecer a língua e garantir sua preservação passa a ter uma dimensão mais profunda por estar aliada e trazer à tona um cunho político que se faz necessário em processos de afirmação identitária experimentados pelos povos indígenas no contexto atual.

Desse modo, a escola se apresenta enquanto um polo aglutinador de quem está na linha de frente por esse resgate cultural, se tornando elemento essencial capaz de proporcionar o avanço e a propagação desses conhecimentos, em especial da língua materna, e ajudar a desenvolver no povo Puruborá a noção de pertencimento à uma etnia indígena.

“Para nós, Puruborá, fazer o trabalho de resgate da língua e cultura do nosso povo é um dever e uma obrigação para que possamos manter nossa cultura viva, pois nós – mais jovens – não temos todos os conhecimentos sobre a cultura tradicional. O trabalho também é importante para recuperarmos nossa própria história, que por décadas ficou no esquecimento do povo.” (Oliveira Neto, 2020, p. 10).

Desse modo, fica evidente que, a partir do trabalho de documentação da língua realizado dentro do modelo proposto, é possível mobilizar toda a comunidade a contribuir com o processo de retomada da língua. A revitalização não é feita somente por um ou dois membros de determinado povo indígena, ela precisa ser uma tarefa de toda a comunidade para que forneça os resultados esperados e consiga reverter as mudanças linguísticas de forma eficaz.

Assim, ao utilizar metodologias de base comunitária, envolve-se direta ou indiretamente toda a comunidade no processo e torna evidente a importância de se atuar em prol da preservação desse patrimônio linguístico, constituindo este o primeiro passo essencial no processo de revitalização de uma língua indígena ameaçada.

“O que nos motiva a fazer esse resgate é conhecer a nossa própria história, saber por que nossos mais velhos deixaram de falar a língua fluentemente. Esse resgate é muito importante para que os mais novos conheçam a cultura do nosso povo que está sendo perdida, mas que estamos buscando conhecer e pôr em prática novamente[...]”. (Oliveira Neto, 2020, p. 14).

Assim, atualmente a revitalização da língua Puruborá é um processo em curso que vem se desenvolvendo de forma eficiente através do ensino da língua e da cultura na escola Ywara, tendo como principal figura o sabedor indígena Mário de Oliveira Neto que ao lado de outros professores(a) e demais integrantes do povo Puruborá, vem dedicando esforços para transmitir a língua e a cultura tradicional às gerações mais novas.

“[...] Meu trabalho tem sido muito importante depois que me tornei professor da escola Ywara, onde parte da nossa cultura voltou a ser conhecida novamente e está despertando o interesse dos mais jovens em participar mais da festa tradicional. Hoje nós já cantamos na língua, alguns já falam um pouco. Para nós, isso reflete a nossa vontade de buscar o resgate da cultura”. (Oliveira Neto, 2020, p. 14).

Diante disso, é que se faz necessário a elaboração de cada vez mais ferramentas, meios e métodos capazes de auxiliar os Puruborá nesse processo de retomada linguístico-cultural e pensar estratégias para, a partir da documentação, efetivar cada vez mais a vitalidade da língua. Isso impõe o desafio de estruturar meios para o uso dos dados obtidos através da documentação, para transformá-los em ferramentas a serem utilizadas no processo de revitalização da língua Puruborá.

Além disso, esse processo de revitalização da língua vem fortemente associado a uma afirmação identitária enquanto povos indígenas, condição negada aos Puruborá pelo estado

brasileiro após anos de transfiguração étnica provocada pelo contato com não indígenas. “O trabalho de recuperação da língua Puruborá é extremamente importante para o nosso povo. Para nós, esse trabalho é muito importante porque nos dá identidade como povo [...]”. (Oliveira Neto, 2020, p. 14).

É dentro de todo esse contexto histórico e sociolinguístico que se insere o presente trabalho, com o intuito de auxiliar em todo esse processo de retomada cultural e revitalização da língua que vem sendo posto em prática pelo povo Puruborá desde os anos 2000 e, a partir disso, contribuir efetivamente para a reafirmação identitária de um povo que, assim como outros, carrega uma história de silenciamentos e interferências no seu modo de vida e na sua cultura e que hoje lutam para a preservação e a salvaguarda do que não foi apagado pelo colonizador.

### 3 DICIONARIZAÇÃO

#### 3.1 Conceitos Iniciais

A tarefa de elaboração de dicionários não constitui uma atividade guiada somente pelas determinações do autor que a produz, tal processo possui uma vasta produção teórico-metodológica que oferece embasamento e suporte em diferentes níveis e aspectos no decorrer de sua elaboração, além de estabelecer certos parâmetros metodológicos necessários para sistematizar e padronizar materiais deste tipo tanto a nível estrutural quanto a nível organizacional.

A ciência que se ocupa de estabelecer tais parâmetros ou minimamente sugerir reflexões que virão funcionar como suporte a um autor de obras deste caráter é a lexicografia, esta pode ser observada a partir de duas perspectivas que configuram dimensões distintas das quais esta ciência pode vir a se ocupar.

A lexicografia enquanto ciência possui uma dimensão técnica e uma outra dimensão teórica, ao ser compreendida, segundo Borba (2003, p. 15) “[...] como técnica de montagem de dicionários, ocupa-se de critérios para seleção de nomenclaturas ou conjunto de entradas, de sistemas definitórios, de estruturas de verbetes, de critérios para remissões, para registro de variantes, etc.”. A dimensão técnica da lexicografia tem como enfoque principal estabelecer parâmetros e métodos para a elaboração do dicionário, dando suporte para as diversas tomadas de decisão de caráter técnico que serão requeridas durante o processo de produção.

Tais escolhas e decisões precisam ser bem avaliadas e fundamentadas nos pressupostos estabelecidos pela dimensão técnica da lexicografia, visto que, estas vão influenciar toda a construção da obra e irão influir diretamente no êxito dos resultados e no alcance dos objetivos ao final de todo o processo de produção.

Aliada a essa dimensão técnica, a lexicografia, ao ser entendida “[...] como teoria, procura estabelecer um conjunto de princípios que permitam descrever o léxico (total ou parcial) de uma língua, desenvolvendo uma metalinguagem para manipular e apresentar as informações pertinentes.” (Borba, 2003, p. 15). A partir disso, a lexicografia enquanto teoria com foco na descrição do léxico busca desenvolver mecanismos capazes de organizar em diferentes níveis de compreensão cada uma das informações coletadas ou existentes sobre um determinado item lexical.

O estudo do léxico de uma língua é importante, pois possibilita a obtenção do máximo de informações sobre como determinado povo ou cultura codifica o mundo ao seu redor e

como expressa essa codificação linguisticamente. Assim, a organização das informações a respeito do léxico permite inserir em um dicionário o máximo de dados linguísticos possíveis que descrevam o léxico de determinada língua.

Ferreira (2009, p. 72), em um estudo sobre dicionários bilíngues afirma que,

“[...] o léxico de uma língua natural é concebido como um sistema abstrato de idéias e de conceitos relativos ao conhecimento prévio da realidade de um indivíduo em uma determinada sociedade. Essa apreensão de idéias, de conceitos e dos acontecimentos da sua realidade é articulada através de definições e nomeações estipuladas pelo indivíduo tendo como princípios, os acontecimentos da sociedade da qual ele faz parte.”

O léxico de uma língua consiste, em geral, no “[...] conjunto dos itens vocabulares da língua, ou seja, como a soma das formas livres que circulam nos discursos da comunidade.” (Borba, 2003, p. 16). Assim, apesar de genérica, essa definição permite visualizar o léxico como um grande acervo do vocabulário que existe ou ainda está em circulação de uma determinada língua, bem como as informações e aspectos de caráter descritivo sobre cada um dos vocábulos que compõem esse vocabulário.

É justamente este léxico, ou seja, esse acervo vocabular que será organizado para a construção de um dicionário. Cada uma dessas formas livres que compõem a língua consiste no conjunto de informações das quais um dicionário se ocupa, desde os itens lexicais que servirão como entradas na estrutura do dicionário quanto às informações adjacentes a ele que explicam o seu funcionamento e a sua natureza, explicando conseqüentemente também, uma parte da língua.

Assim, o dicionário será esse registro duradouro desse sistema abstrato concebido pelos indivíduos dessa comunidade e codificados na forma linguística. Tal acervo é extremamente valioso para a comunidade pois consiste em sua maneira de ver, entender e comunicar o mundo ao seu redor. Diante disso, a atividade de registrar tais concepções de mundo e de cultura de todo um povo se faz extremamente significativa.

O léxico é o elemento base imprescindível na produção de dicionários de línguas, visto que, materiais deste tipo buscam “[...] apresentar, topicamente, a estrutura e o funcionamento da língua, se possível num sistema bem nítido de notação.” (Borba, 2003, p. 16). Desse modo, dicionários de línguas se caracterizam enquanto materiais de cunho descritivo, tanto ao nível do acervo lexical quanto ao nível de aspectos estruturais e funcionais da língua em si.

A elaboração de um dicionário envolve organização dentro de uma estrutura funcional de uma quantidade significativa do acervo de vocábulos de uma língua. Desse modo, o

dicionário representa um registro que armazena a forma como determinada sociedade ou povo codifica o mundo ao seu redor e o transfere para a linguagem.

### 3.2 Dicionarização de línguas em contexto de ameaça

A atividade de elaboração de uma obra lexicográfica de uma língua como um dicionário, para além de levar em conta todos os aspectos teórico-metodológicos já conhecidos, precisa levar em conta no seu processo de produção o contexto em que se encontra a língua em questão.

Isso se faz necessário pois o estado em que a língua se encontra acaba por ditar as técnicas que serão implementadas para a produção do dicionário e, muitas vezes, requerem uma adaptação nas metodologias utilizadas para garantir a descrição e a organização do máximo de dados lexicais da língua.

Mosel (2002), em seu estudo sobre produção de dicionários de línguas ameaçadas estabelece que os

”Dicionários de línguas ameaçadas são diferentes daqueles de línguas majoritárias em diversos aspectos, e, claro, eles não são iguais entre si, mas são tão diversos quanto os dicionários comuns são a respeito do seu tamanho, cobertura e projeto.”  
(Tradução própria).<sup>1</sup>

As línguas que se encontram em um contexto de ameaça de desaparecimento premente, realidade de diversas línguas indígenas da amazônia, demandam uma série de modificações nas metodologias postuladas por áreas como lexicologia e lexicografia para garantir que o acervo lexical documentado que integrará a obra lexicográfica seja, ao mesmo tempo, qualitativo e quantitativo.

Assim, existem aspectos que diferenciam a produção de dicionários de línguas fora de um contexto de desaparecimento e aqueles voltados para línguas que se encontram nessa situação.

Nesse sentido, Mosel (2002) salienta dois aspectos principais que diferenciam ambas produções de dicionários, segundo esta autora

“A principal diferença entre projetos de dicionários comuns e aqueles de línguas ameaçadas é que os últimos são empreendimentos sem fins lucrativos com recursos

---

<sup>1</sup> “Dictionaries of endangered languages are different from those of major languages in many aspects, and, of course, they themselves are not all of the same kind, but as diverse as ordinary dictionaries are with regard to their size, coverage, and design.”

limitados de tempo, dinheiro e membros, e o linguista que é responsável pelo projeto não é falante nativo da língua”. (Tradução própria)<sup>2</sup>

Diante disso, a elaboração e produção de dicionários de línguas indígenas ameaçadas possui especificidades que se constituem enquanto desafios a serem superados no processo de produção. O fato de produções deste caráter consistirem em empreendimentos sem fins lucrativos e com recursos limitados de tempo e dinheiro dificulta o trabalho do linguista no processo de coleta de dados para compor o dicionário e na produção da obra propriamente dita.

Isso ocorre pois, nessas condições, o pesquisador precisa otimizar o trabalho para garantir a finalização da obra, sendo necessário realizar escolhas quanto à quantidade de informações, determinando um limite mínimo e exequível para compor a obra, e também sobre aspectos de tamanho e design, dentre outros fatores.

Além disso, outro fator citado como um desafio é que, comumente, o linguista que detém os conhecimentos sobre como produzir obras lexicográficas não é falante nativo da língua indígena. Tal fator torna o trabalho de desenvolvimento do dicionário mais difícil, principalmente em casos em que há poucos falantes e/ou poucos estudos descritivos sobre a língua.

Dentro do contexto de produção de dicionários de línguas indígenas ameaçadas de desaparecimento, tais fatores se tornam mais evidentes e impõe desafios a quem produz o dicionário.

Apesar disso, ao longo da evolução deste campo e com a experiência de pesquisadores ao redor do mundo com a produção de dicionários de línguas indígenas em contexto de ameaça, foram desenvolvidas estratégias para facilitar a produção destas obras.

Uma dessas estratégias consiste na composição de uma equipe de trabalho integrada por um linguista e por membros da comunidade indígena que são falantes nativos, cujas expertises se complementam, como ressalta Mosel (2002),

“A equipe de trabalho de um dicionário geralmente consiste em um linguista e alguns membros indígenas da comunidade de fala ameaçada. Enquanto o linguista não possui um conhecimento minucioso da língua em investigação, os falantes nativos não são treinados em linguística.” (Tradução própria).<sup>3</sup>

---

2 “The main differences between ordinary dictionary projects and those for endangered languages are that the latter are non-profit enterprises with limited resources of time, money and staff, and that the linguist who is responsible for the project is not a native speaker of the language.”

3 “The staff working on the dictionary team usually consists of a linguist and a few indigenous people of the endangered speech community. While the linguist does not have a thorough knowledge of the language under investigation, the native speakers are not trained in linguistics;”

Diante disso, dicionários de línguas indígenas ameaçadas não são desenvolvidos somente por um linguista, mas sim por uma equipe formada pelo pesquisador que detém os conhecimentos acerca de como produzir obras lexicográficas e por membros da própria comunidade que são falantes da língua que será objeto do trabalho. Desse modo, o trabalho deixa de ser individual e passa a ser colaborativo com a comunidade indígena, tendo cada um dos membros da equipe um papel central e indispensável na elaboração da obra.

Essa metodologia de trabalho facilita a produção do dicionário e otimiza o tempo de produção da obra, bem como possibilita a participação ativa da comunidade indígena no processo de produção. Tal prática garante que a comunidade não desempenhe o papel de mero objeto de pesquisa, mas seja participante central no desenvolvimento do trabalho, além de assegurar o nivelamento das expectativas e dos objetivos finais da obra tanto para a comunidade indígena quanto para o pesquisador.

Assim, Mosel (2002), ao discutir a respeito das utilidades que um dicionário de uma língua ameaçada ressalta que este deve ser elaborado junto à comunidade e deve servir tanto aos interesses acadêmicos dos linguistas quanto aos interesses da própria comunidade. Isso é importante pois comumente os objetivos ao se produzir uma obra deste caráter diferem entre linguistas e comunidade indígena.

Enquanto o primeiro busca construir uma obra capaz de descrever o máximo de aspectos da língua para que este integre o que, convencionalmente, se denomina conhecimento linguístico universal, o segundo busca, muitas vezes, um material mais funcional capaz de atender demandas mais concretas e diárias da comunidade, como por exemplo, o ensino da língua em contexto escolar dentro das próprias aldeias. Desse modo, o trabalho colaborativo durante a produção do dicionário garante que, em certa medida, ambos objetivos sejam alcançados.

Além disso, outro fator que diferencia os dicionários de línguas ameaçadas da maioria dos dicionários de línguas é como se opera a organização do léxico da língua internamente na estrutura da obra. Por exemplo, a organização do léxico no modelo tradicional de ordem alfabética pode não ser a mais adequada para a estrutura interna da obra, por não atender de forma satisfatória as demandas da comunidade e por ser um modelo de organização que faz sentido, quase que estritamente, para línguas indo europeias.

Além disso, muitas das línguas que se encontram nesse contexto não estão totalmente descritas ou não possuem um amplo acervo lexical, dificultando a organização em um padrão alfabético. Desse modo, foi necessário desenvolver uma outra metodologia de organização de dicionários para o contexto de línguas ameaçadas que desse conta de superar as problemáticas

da ordem alfabética. Uma das alternativas foi a organização de dicionários temáticos dessas línguas, onde é organizado o léxico sobre determinado assunto ou dimensão do universo daquela comunidade.

Apesar dos dicionários temáticos serem menores e mais restritos, há vantagens envolvidas, como ressalta Mosel (2002),

“A vantagem de dicionários temáticos, no entanto, é que em um período bem curto de tempo você pode produzir um pequeno e compreensível dicionário que atende padrões científicos e é interessante para as pessoas da comunidade de fala e também para acadêmicos de várias áreas.”<sup>4</sup>

Desse modo, tal modelo de organização, além de otimizar o tempo de produção da obra, se apresenta enquanto um método de organização do léxico de uma língua ameaçada que facilita o processo de consulta por parte dos futuros usuários, pois, agrupa palavras com significados próximos ou que dizem respeito ao mesmo assunto.

Além disso, este se apresenta enquanto uma metodologia favorável ao linguista no contexto de línguas em descrição, ou seja, aquelas que estão em processo de estudo de suas dimensões fonéticas e fonológicas, morfossintáticas, pragmáticas e discursivas. Desse modo, tal metodologia é favorável pois o linguista consegue ter uma noção de quais dimensões da língua estão registradas e, por consequência, consegue saber quais ainda faltam registrar.

Um último fator que diferencia os dicionários de línguas não ameaçadas para os dicionários de línguas ameaçadas é a fonte dos dados linguísticos que irão compor a obra. Quando se trata de dicionários de línguas não ameaçadas, as fontes de dados são numerosas e variadas, mas quando se trata de dicionários de línguas em perigo de desaparecimento, essas fontes oscilam entre a escassez e a raridade, visto que, as fontes são justamente os membros mais antigos da comunidade que detêm os conhecimentos da língua.

Mosel (2002), ao discutir este tema lembra que o trabalho de elaboração de um dicionário de uma língua ameaçada ocorre sob pressão de tempo, pois os membros mais velhos da comunidade que detêm o conhecimento da língua correm o risco de falecer um após o outro. Dentro da comunidade Puruborá tal fator é uma realidade, pois, somente dois anciões ainda detinham os conhecimentos mais extensos da língua quando se iniciou o processo de elaboração do dicionário multimídia e ambos faleceram nos últimos dois anos.

---

4 “The advantage of Thematic Dictionaries, however, is that within a very short period of time you can produce a little comprehensive dictionary which meets scientific standards and is interesting for people of the speech community as well as for academics of various fields.”

Assim, tal fator é um diferencial significativo pois remodela todo o planejamento e o processo de elaboração e produção do dicionário, bem como sua estrutura e até a dimensão final que deverá ter e quanto do léxico da língua ele vai registrar.

Essa realidade é característica da ampla maioria das línguas indígenas do Brasil, visto que, pela quebra de transmissão intergeracional, muitos dos conhecimentos linguísticos pararam de ser repassados aos mais novos, resultando numa concentração desses conhecimentos nos anciões dessas comunidades.

Sendo os mais velhos muitas vezes os únicos que detêm tais conhecimentos sobre a língua, eles constituem a fonte de todos os dados lexicais que virão a compor o dicionário, por isso, tal fator deve ser levado em consideração no processo de produção para que seja possível registrar a maior quantidade do léxico de uma língua em perigo de extinção.

Assim, a elaboração de dicionários de línguas ameaçadas, como no caso das línguas indígenas brasileiras, possui fatores que as diferenciam de dicionários comuns de línguas e que precisam ser levados em consideração durante o processo de produção.

Desse modo, a produção de dicionários de línguas que experimentam tal realidade deve ser equilibrada entre os métodos tradicionais de produção de obras deste caráter com base nos postulados da lexicografia e a compreensão e adaptação de aspectos e etapas do trabalho tomando como base o contexto e a situação sociolinguística enfrentada pela língua.

### **3.3 Produção de dicionários bilíngues**

Os dicionários possuem diversas tipologias a depender de uma série de fatores como tipo de léxico que registra, quantidade de itens lexicais presentes, estrutura, línguas, utilidades, dentre outros. Diante de todas essas diferenciações dentre tipologias, existe uma que trata de um aspecto mais geral, a saber, a quantidade de línguas registradas na obra, e que classifica o dicionário em monolíngue ou bilíngue.

Welker (2004, p. 194), ao discutir sobre os tipos de dicionários, explica a diferença central entre ambos ao afirmar que “O dicionário monolíngüe geralmente oferece definições, ao passo que o bilíngüe fornece sinônimos, mas na outra língua.”. Assim, o dicionário que registra somente uma língua e apresenta a definição dos vocábulos é denominado monolíngue, enquanto o que registra duas línguas apresenta vocábulos equivalentes entre si em cada uma das línguas é denominado bilíngue.

Tal definição se faz necessária pois a produção de um dicionário monolíngue ou bilíngue consiste em uma decisão que varia de acordo com o contexto e com os objetivos de quem a produz. Assim, esta decisão incide diretamente no processo de elaboração de um dicionário e também no resultado final, visto que, irá modificar desde a macroestrutura até a microestrutura do dicionário até o tipo de dados linguísticos que irá conter.

Ao se tomar por base a situação sociolinguística de línguas indígenas brasileiras que se encontram em contexto de desaparecimento tendo sua vitalidade severamente ameaçada ou que nem passaram ainda por um processo de documentação ou descrição, os dicionários bilíngues respondem a objetivos específicos demandados por esse contexto de forma qualitativa e cumprem um papel importante no que diz respeito tanto à preservação quanto à descrição dessas línguas.

Isso se dá por dois motivos principais, um que diz respeito ao contexto e outro que diz respeito ao objetivo que se almeja ao final do trabalho. Quanto ao contexto, a grande maioria das línguas indígenas do Brasil se encontra em um estado de obsolescência e perda de vitalidade (Galúcio, 2020), em grande medida, pelo avanço e consolidação da língua portuguesa enquanto língua majoritária dentro das comunidades indígenas.

Esta realidade resulta em um ambiente que pode ser relativamente classificado enquanto bilíngue, uma vez que a língua portuguesa é falada por todos os membros da comunidade. Tal contexto é experimentado pelos Puruborá que, atualmente, possuem a língua portuguesa como primeira língua.

No que diz respeito ao objetivo, ao se produzir um dicionário de uma língua ameaçada, no contexto da revitalização linguística, se almeja, além de produzir um registro duradouro da língua, o ensino-aprendizado da língua tomando como material de apoio o dicionário bilíngue produzido.

Tal material auxilia no aprendizado pois possui registros tanto na língua que se quer ensinar - no caso, a língua indígena, para que volte a ser falada pelos mais jovens - quanto os termos equivalentes na língua falada no contexto de bilinguismo daquela comunidade - em geral, a língua portuguesa.

Esta realidade se justifica por conta dos séculos de contato e da sobreposição e dominação exercida pela língua portuguesa nas comunidades indígenas. Assim, o dicionário possui uma funcionalidade pedagógica enquanto material de apoio no processo de revitalização.

Ferreira (2009), ao refletir sobre a elaboração de um dicionário bilíngue de uma língua ameaçada, ressalta que no contexto de línguas que ainda não estão descritas, a elaboração de

um banco de dados se faz favorável para a continuidade desse processo de descrição, como é o caso de línguas indígenas brasileiras. Ao se organizar um dicionário de uma língua que se encontra nesse contexto, é possível realizar a descrição não somente do seu léxico, mas também de aspectos gramaticais em outros níveis como morfossintáticos, semânticos e pragmáticos. Tal aprofundamento nos aspectos de uma língua são importantes para se estudar suas especificidades e contribuem para os estudos linguísticos universais.

“Em termos científicos, a elaboração de um dicionário para uma língua representa também a possibilidade de contribuir para o conhecimento universal linguístico desde que se encontre um dado padrão ou ainda não documentado, ou pouco estudado. Há também as contribuições práticas decorrentes da realização desses trabalhos, uma vez que as comunidades falantes das línguas pesquisadas poderão fazer uso de um banco de dados e de um dicionário propriamente dito como instrumentos didático-pedagógicos para trabalhos de manutenção e revitalização linguísticas.” (Ferreira, 2009, p. 69).

Desse modo, no contexto de línguas indígenas brasileiras ameaçadas, o dicionário bilíngue vem consistir em um registro que cumprirá duas funcionalidades principais, a primeira diz respeito aos estudos descritivos que poderão ser realizados a partir do registro de aspectos da língua na forma estruturada de um dicionário, a segunda consiste no papel de material de apoio para a comunidade no processo de ensino-aprendizado da língua no contexto da revitalização.

Ambas as funcionalidades só se fazem possíveis pelo fato dos registros presentes no dicionário serem bilíngues, visto que, I - em geral o pesquisador que elabora o dicionário junto à comunidade não fala a língua indígena, sendo as descrições realizadas na outra língua registrada, a língua portuguesa e; II - as pessoas que irão utilizar esse material para aprendizado da língua, em geral, são falantes da outra língua registrada, a língua portuguesa.

Desse modo, nos dicionários bilíngues de línguas indígenas ameaçadas, os registros costumam se dar na língua indígena e em uma língua majoritária, geralmente de conhecimento tanto da comunidade quanto do próprio pesquisador que atua auxiliando no contexto da revitalização, sendo no contexto brasileiro a língua portuguesa. Essa relação de funcionalidade entre línguas estabelecidas em um dicionário bilíngue com base no contexto de produção é importante pois garante que a obra cumpra seus objetivos tanto para com a comunidade indígena quanto para com o pesquisador e a ciência no geral.

“Uma das formas de se ajudar na manutenção de uma língua é [...] fazê-la objeto de estudo na escola da comunidade[...]. Por esta razão, a atividade de elaboração de um dicionário bilíngue foi uma das formas pensadas como mais abrangentes e favoráveis à descrição, documentação e manutenção dessa língua indígena brasileira [...]” (Ferreira, 2009, p. 79).

Diante disso, um dicionário bilíngue de uma língua indígena ameaçada desempenha um papel central dentro de um contexto de revitalização linguística e de documentação de línguas visando a salvaguarda e a preservação de tal patrimônio linguístico em um processo de trabalho conjunto com a comunidade. Dentro desse processo, o dicionário bilíngue funciona como um registro sistematizado que irá atuar como base para diversos outros trabalhos que serão realizados em torno da língua.

Ferreira (2009), em suas reflexões sobre a elaboração de dicionários, aponta que a elaboração de um dicionário bilíngue engloba diferentes áreas que têm o léxico como interesse e que tal elaboração se torna mais delicada quando a língua ainda está em descrição. Assim, apesar de ser a tipologia de dicionário mais adequada para línguas em contexto de revitalização e documentação linguística, se configura também enquanto tarefa desafiadora pelo nível de complexidade e de especificidade que gira em torno desse tipo de obra lexicográfica.

Diante disso, a elaboração de dicionários de línguas indígenas ameaçadas deve levar em conta uma série de fatores e aspectos particulares do trabalho para se alcançar os objetivos almejados. Quando no contexto da revitalização, é necessário levar em conta também as dinâmicas linguísticas experimentadas pela comunidade de fala para que o dicionário atenda as demandas da comunidade, bem como as demandas do conhecimento linguístico universal.

## 4 METODOLOGIA

A presente pesquisa se fundamenta pelos pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa qualitativa, visto que, este tipo de pesquisa

“[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.” (Minayo, 2009, p. 21).

Desse modo, pelo fato de a presente pesquisa se ocupar com aspectos culturais e especialmente linguísticos de um povo indígena, dimensões características dos fenômenos humanos e parte da realidade experimentada pelos indivíduos dentro de uma sociedade, em um trabalho realizado em conjunto com a própria comunidade, esta se insere enquanto pesquisa qualitativa.

No que concerne à metodologia utilizada para elaboração e produção do Dicionário Multimídia Puruborá-Português, esta se divide em duas etapas principais e contempla sub-etapas do trabalho.

### 4.1 Etapa 1 - Pesquisa bibliográfica

A primeira etapa consiste na preparação teórico-metodológica a respeito dos temas centrais que se fazem necessários para o desenvolvimento da pesquisa. Consideramos três temas principais. Um relacionado à literatura relevante sobre os processos e metodologias de produção de dicionários (Borba, 2003; Mosel, 2002; Ferreira, 2009; Brito & Birchall, 2002; Wilker, 2004), outro que englobava informações a respeito do povo Puruborá (Montserrat, 2005; Menezes, Galúcio & Vander Velden, 2021; Galúcio, 2005; Galúcio, 2015; Galúcio, 2013; Oliveira Neto, 2020) e um terceiro que versava sobre processos de revitalização de línguas indígenas ameaçadas (Galúcio, Moore, Voort, 2018; Moore, Galúcio, Gabas Junior, 2008; Galúcio, 2020; Galúcio, 2021; Amaral, 2020).

Todos esses temas foram estudados por meio de levantamento bibliográfico. A literatura relevante sobre metodologias de elaboração e produção de dicionários englobou livros e artigos de áreas como a lexicologia e a lexicografia, ambas temáticas necessárias para o estabelecimento dos métodos que seriam utilizados para a produção do dicionário.

Além disso, realizou-se também levantamento de produções que discutiam a elaboração de dicionários de línguas em contexto de ameaça para se ter um aprofundamento das especificidades deste campo.

As informações a respeito do povo Puruborá contou com produções bibliográficas de caráter etno-histórico e, principalmente, dados linguísticos de aspectos já descritos, como a fonética, fonologia e fonotática da língua Puruborá. Tais informações serviram de base para se obter um panorama da situação sociocultural e sociolinguística do povo.

A respeito das literaturas sobre o tema da revitalização de línguas indígenas ameaçadas, foi realizado levantamento de produções que discutiam os pressupostos e acepções iniciais deste campo, sua função e as principais elaborações a respeito desta área.

Além disso, realizou-se levantamento de produções que discutiam as estratégias mais recentes que vêm sendo implementadas no contexto da revitalização de línguas indígenas ameaçadas no Brasil e no Mundo.

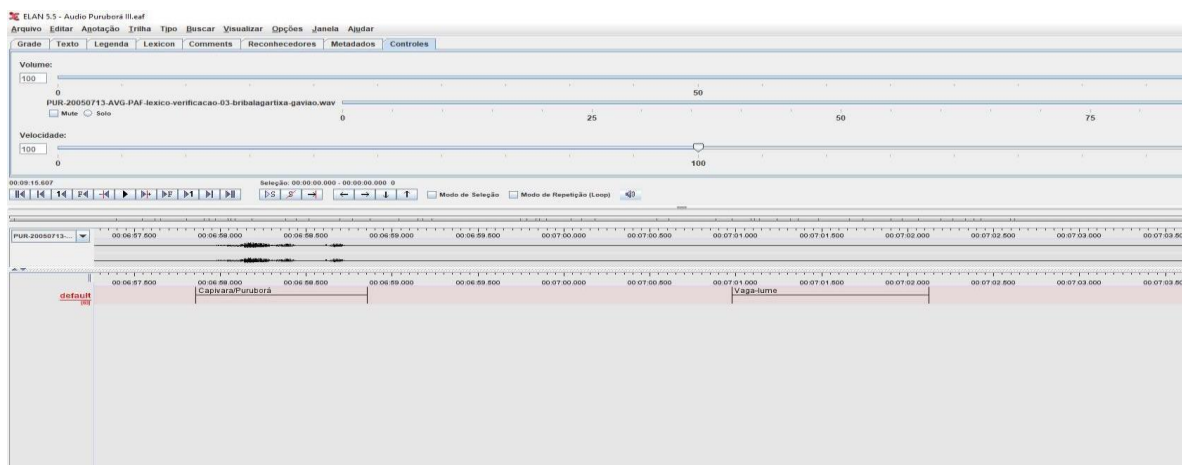
#### **4.2 Etapas 2 – Elaboração do dicionário**

A segunda etapa da metodologia de desenvolvimento da pesquisa consistiu na atividade de elaboração do dicionário enquanto dimensão prática que contempla diversas sub-etapas que se fizeram necessárias para a obtenção do produto final. Cada uma das sub-etapas requer habilidades específicas de diversas áreas, desde documentação linguística até manuseio de softwares com base em linguagem Markdown.

A primeira sub-etapa consiste na coleta dos dados para compor o dicionário. Inicialmente foi feito um levantamento da base de arquivos de dados lexicais da língua Puruborá disponíveis no Acervo de Línguas Indígenas do Museu Paraense Emílio Goeldi (ALIM) em formato de áudios MP3. Além do levantamento no ALIM, se fez necessário a coleta de dados linguísticos com falantes da língua a fim de completar e complementar os dados já existentes. Estes levantamentos contemplam arquivos de dados linguísticos como vocábulos e sentenças em Puruborá para compor o dicionário.

A segunda sub-etapa diz respeito à transcrição destes arquivos de dados linguísticos para o formato de texto. Para tal, utiliza-se o software de transcrição ELAN pois este permite a segmentação e a marcação temporal, além de possibilitar a associação do período de tempo marcado com texto transcrito como indica a figura 01.

FIGURA 01: Software de transcrição ELAN



Fonte: O autor

A terceira sub-etapa é concernente à organização da macroestrutura e microestrutura do dicionário no formato de informações em uma planilha CSV. A partir deste ponto, utiliza-se a metodologia de Brito e Birchall (2022), um método replicável e de livre acesso utilizado para criar dicionários utilizando a sintaxe Markdown em um script em python. Assim, segue-se a organização de informações estabelecida por Brito e Birchall (2022), visto que, para a geração do dicionário em formato multimídia e digital com esta metodologia é necessário seguir um padrão de organização específico como demonstra a figura 02.

FIGURA 02: Tabulação dos dados no Libre Office

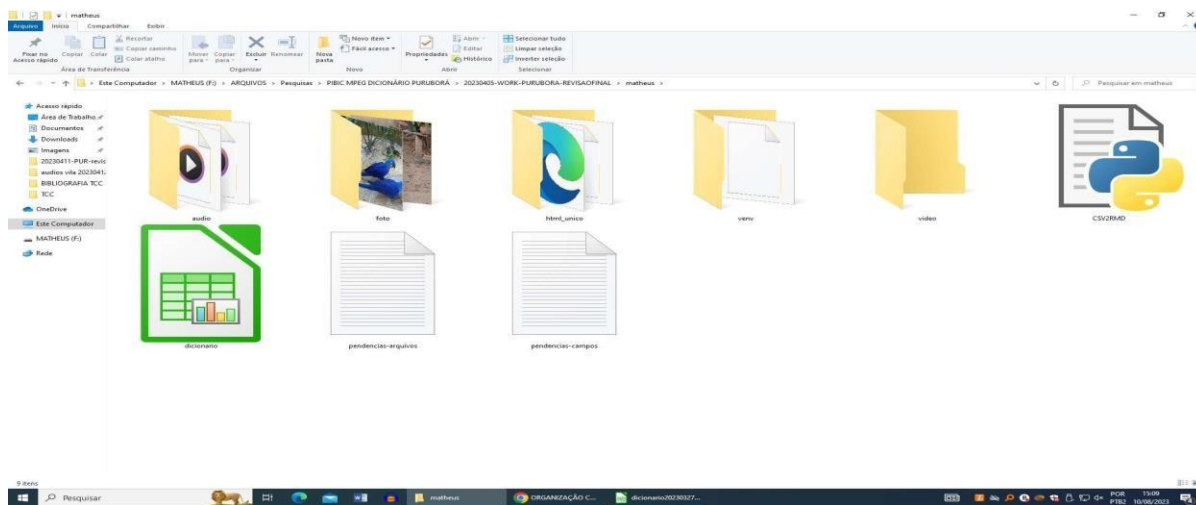
ID	ITEM_LEXICAL	IMAGEM	ARQUIVO_SONORO	TRANSCRICAO_FONEMICA	TRANSCRICAO FONETICA	CLASSE_GRAMATICAL	TRADUCAO_SIGNIFICADO
1	lka	dente.jpg	PUR-20041118-AVG-JEP-PAF-lbasica400-17-dente.mp3	tka	Substantivo	Dente	
3	lta	carne.jpg	PUR-20041118-AVG-JEP-PAF-lbasica400-09-carne.mp3	t'ta	Substantivo	Carne	
4	Jakomê		PUR-20041118-AVG-JEP-PAF-lbasica400-19-queixo.mp3	jako'mê	Substantivo	Queixo	
5	Jakomê tap	barba.jpg	PUR-20041118-AVG-JEP-PAF-lbasica400-16-barba.mp3	jako'mê tap	Substantivo	Barba	
6	Jãme		PUR-20041118-AVG-JEP-PAF-lbasica400-19-vagina.mp3	jà'me	Substantivo	Vagina	
7	Jãme lka		PUR-20041118-AVG-JEP-PAF-lbasica400-19-clitoris.mp3	jà'me tka	Substantivo	Clitoris	
8	Jũã		PUR-20041118-AVG-JEP-PAF-lbasica400-18-nariz.mp3	ju'ã	Substantivo	Nariz	
9	Jũã xek	nariz.jpg	PUR-20041118-AVG-JEP-PAF-lbasica400-18-nariz.mp3	ju'ã xek	Substantivo	Narina	
10	Jupap	coxa.jpg	PUR-20041118-AVG-JEP-PAF-lbasica400-16-coxa.mp3	ju'pap	Substantivo	Coxa	
11	Kaj		PUR-20041118-AVG-JEP-PAF-lbasica400-18-escarro.mp3	kaj	Substantivo	Escarro	
12	Kobe	lingua.jpg	PUR-20041118-AVG-JEP-PAF-lbasica400-17-lingua.mp3	ko'be	Substantivo	Língua	
13	Mãjaka		PUR-20041118-AVG-JEP-PAF-lbasica400-17-cotovelo-torn	mãja'ka	Substantivo	Cotovelo	
14	Mãnaka	coracao.jpg	PUR-20041118-AVG-JEP-PAF-lbasica400-17-coracao.mp3	mãna'ka	Substantivo	Coração	
15	Mãnaka horoaka	rim.jpg	PUR-20041118-AVG-JEP-PAF-lbasica400-19-rim2.mp3	mãna'ka hõroa'ka	Substantivo	Rim	
16	Murõp	osso.jpg	PUR-20041118-AVG-JEP-PAF-lbasica400-18-osso.mp3	mu'rõp	Substantivo	Ossô	
17	Porabedã	peito.jpg	PUR-20041118-AVG-JEP-PAF-lbasica400-18-peito.mp3	porab'e'dã	Substantivo	Peito	
18	Tabe	couro.jpg	PUR-20041118-AVG-JEP-PAF-lbasica400-18-pele-couro.mp3	ta'be	Substantivo	Pele; couro de bicho; casca.	
19	Tabe	casca.jpg	PUR-20041118-AVG-JEP-PAF-lbasica400-21-casca.mp3	ta'be	Substantivo	Casca; couro.	
20	Tabop		PUR-20041118-AVG-JEP-PAF-lbasica400-19-rabo.mp3	ta'bop	Substantivo	Rabo	
21	Taburuka		PUR-20041118-AVG-JEP-PAF-lbasica400-18-testiculo.mp3	taburu'ka	Substantivo	Testículos, saco escrotal	
22	Takdã		PUR-20041118-AVG-JEP-PAF-lbasica400-19-quadril2.mp3	tak'dã	Substantivo	Quadril	
23	Tap	pena.jpg	PUR-20041118-AVG-JEP-PAF-lbasica400-17-pelo.mp3	tap	Substantivo	Pêlo; pena.	
24	Tap	asa.jpg	PUR-20041118-AVG-JEP-PAF-lbasica400-16-asa-de-pena.mp3	tap	Substantivo	Penas de asa	
25	Taplaka		PUR-20041118-AVG-JEP-PAF-lbasica400-19-testa.mp3	tap'la'ka	Substantivo	Testa	
26	Toka	olho.jpg	PUR-20041118-AVG-JEP-PAF-lbasica400-08-olho2.mp3	to'ka	Substantivo	Olho; sol	
27	Toka xupãj		PUR-AVG-MON-10112022_lagrima.mp3	to'ka ju'pãj	Substantivo	Lágrima; olho molhado.	

Fonte: O autor

De acordo com esta metodologia, a organização da planilha em CSV deve ser realizada com as seguintes informações no que diz respeito a microestrutura do verbete no dicionário: Item Lexical, Imagem, Nome do Arquivo Sonoro, Transcrição Fonética, Classe Gramatical, Tradução, Descrição, Nome do Arquivo Sonoro do Exemplo, Transcrição do Exemplo, Tradução do Exemplo e Arquivo de Vídeo. Já no que diz respeito à macroestrutura do dicionário, as informações necessárias são o Campo Semântico e o Sub-campo Semântico. No contexto do Dicionário Multimídia Bilíngue Puruborá-Português, não há arquivos de vídeo utilizados.

Paralelamente à organização da planilha CSV, é necessário realizar a organização dos arquivos de mídia que irão compor o dicionário. Para tal, Brito e Birchall (2022) estabelecem que deve-se agrupar os arquivos em diferentes pastas quanto ao seu formato, a saber, Áudios, Fotos e Vídeos como indica a figura 03. Tal processo irá facilitar o funcionamento do software que irá gerar a versão digital do dicionário na localização dos arquivos de mídias.

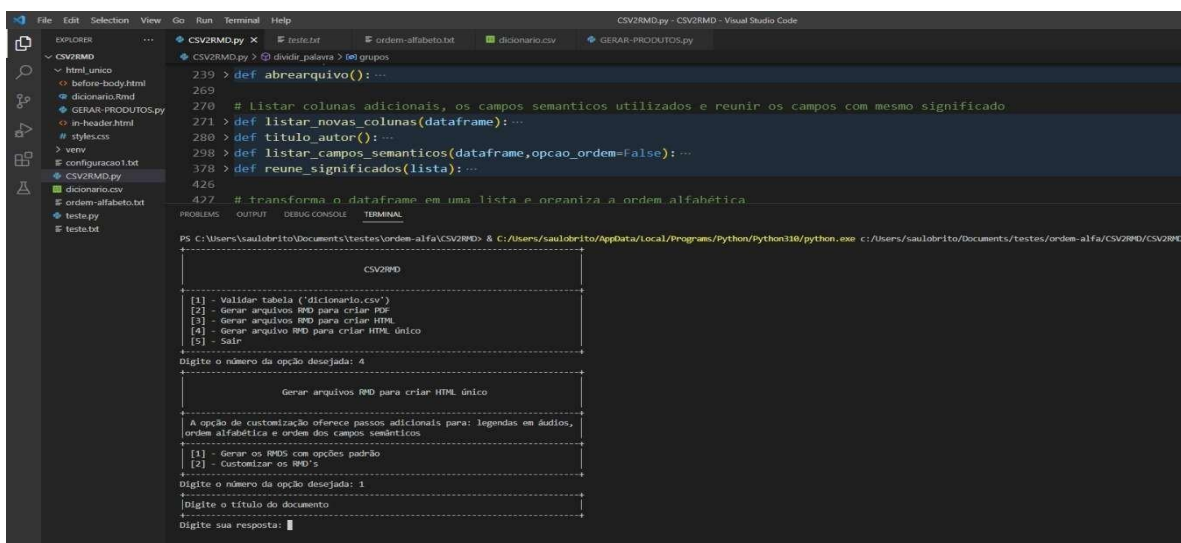
**FIGURA 03: Organização dos dados na pasta**



Fonte: O autor

A quarta sub-etapa consiste na geração do dicionário a partir da compilação das informações organizadas na planilha CSV em sub-etapa anterior. Para tal, utiliza-se um script denominado “CSV2RMD” desenvolvido por Brito & Birchall (2022), o qual transforma as informações contidas na planilha CSV para o formato HTML utilizando a sintaxe de programação Markdown, tal qual indicada na figura 04.

**FIGURA 04: Workspace do script CSV2RMD**



Fonte: O autor

A quinta sub-etapa contempla a revisão do dicionário gerado junto à comunidade indígena para a correção de eventuais erros de transcrição ou tradução. Nesta etapa, a revisão ocorre tanto a nível da macroestrutura, verificando se todas as entradas lexicais se encontram em seus devidos campos semânticos, quanto a nível da microestrutura, revisando item por item que compõe o verbete como demonstrado na imagem 01.

**IMAGEM 01: Revisão do dicionário com a orientadora e um representante da comunidade**



Fonte: O autor

Tal metodologia empregada teve como resultado O Dicionário Multimídia Bilingue Puruborá-Português em um formato de página HTML e, que posteriormente, foi transformado em aplicativo de celular para um uso mais prático e acessível do produto da presente pesquisa,



## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1 Do quadro técnico do produto

A prática de elaboração de um dicionário consiste na organização do acervo lexical de uma língua a fim de se criar uma taxonomia e uma classificação dos itens lexicais que compõem o universo simbólico de uma determinada cultura em um determinado momento de sua história. Tal processo tem como resultado um objeto material que pode ser utilizado para os mais diversos fins, servindo tanto aos sujeitos da determinada cultura quanto a sujeitos externos a esta que, por razões diversas, podem vir a acessar tal material.

Partindo desse pressuposto, o Dicionário Multimídia Bilíngue Puruborá-Português consiste em um compilado de itens lexicais conhecidos da língua indígena Puruborá e foi desenvolvido com a finalidade primária de auxiliar no processo de retomada do uso da língua no contexto da comunidade indígena, tendo como escopo central o uso em ambiente escolar de ensino da língua no contexto de revitalização linguística.

O dicionário conta com um total de 727 itens lexicais em Puruborá e seus correspondentes significados em língua portuguesa, sendo o vocábulo em Puruborá a entrada lexical no dicionário. Desse modo, a entrada lexical em Puruborá se justifica pelo contexto de produção da obra lexicográfica, que ao ser pensada dentro de uma proposta de retomada e revitalização linguística de uma língua indígena ameaçada, traz a necessidade de um papel de evidência da língua dentro da obra.

No que concerne à macroestrutura do dicionário, os itens lexicais estão distribuídos em um total de 11 campos semânticos, que consistem em agrupamentos de itens lexicais que guardam estreita relação semântica entre si. No dicionário em questão, os campos semânticos que o compõem são: Animais, Corpo, Eventos, Manufatura, Natureza, Números, Pessoas, Plantas, Propriedades, Saudações e Outros<sup>5</sup>, tal qual ilustrado na figura 05.

---

<sup>5</sup> Campo semântico em que foram agrupadas todas as palavras que não foi possível inserir nos demais campos semânticos propostos.

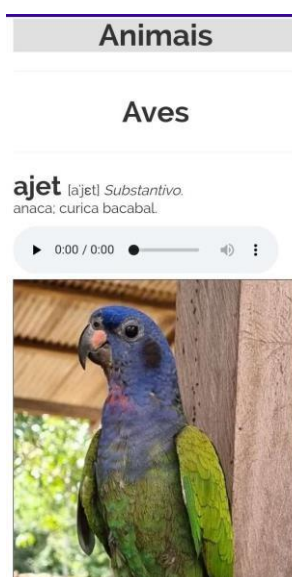
FIGURA 05: Campos Semânticos



Fonte: O Autor

Na macroestrutura do dicionário, o campo semântico **Animais**, que organiza todo léxico conhecido da língua correspondente a nomeações de fauna, aparece em primeiro, sendo o campo mais comumente utilizado e que contém mais itens lexicais. Ao todo, este campo possui um total de 230 itens lexicais, divididos internamente em seis subgrupos, a saber, Aves (com 82 itens), Insetos (com 54 itens), Mamíferos (com 44 itens), Peixes (com 23 itens), Répteis e Anfíbios (com 22 itens) e Outros Animais (com 5 itens lexicais).

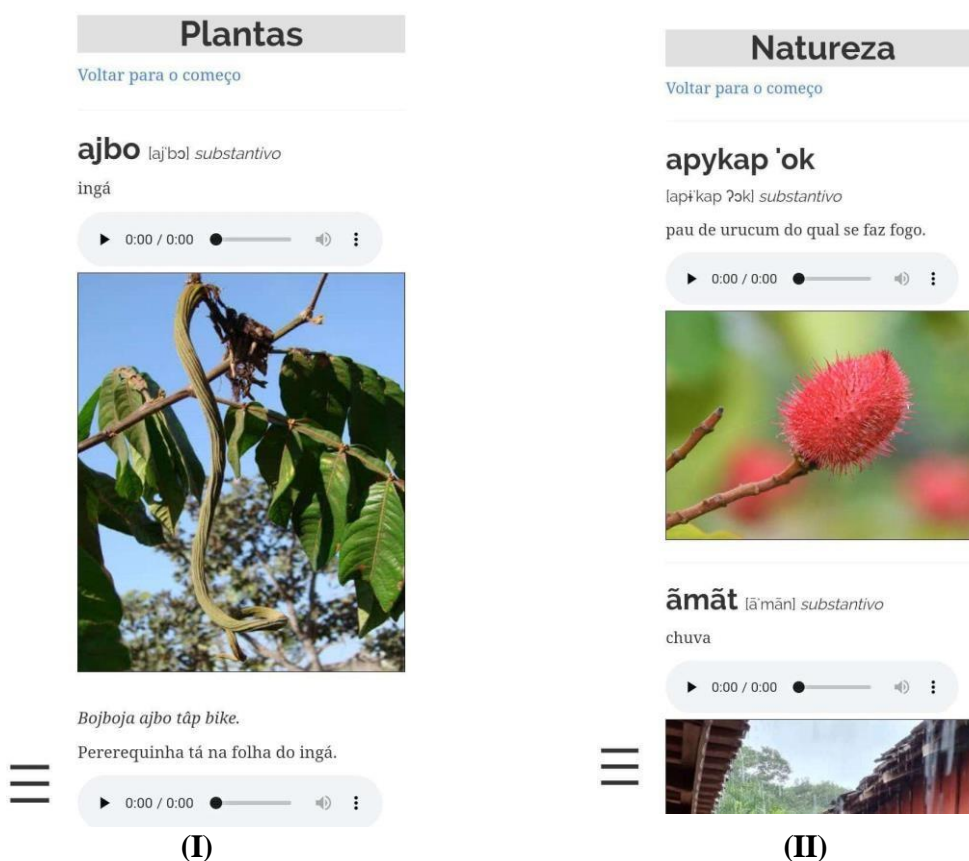
FIGURA 06: Campo semântico Animais



Fonte: O Autor

Em seguida, estão organizados os itens lexicais do campo semântico **Plantas** que totalizam 46 itens e correspondem a todo léxico da língua que diz respeito a nomeações da flora. Após, tem-se organizado os itens lexicais do campo semântico **Natureza** com um total de 50 itens. Este campo semântico organiza o léxico conhecido da língua relativo a elementos naturais. Essas duas categorias semânticas – plantas e natureza - são divididas pelo fato de agruparem léxicos de caráter diferentes.

**FIGURA 07: Campo semântico Plantas (I) e Natureza (II)**



Fonte: O Autor

Em seguida, tem-se a organização dos itens lexicais, que correspondem ao campo semântico **Corpo**, num total de 72 itens, os quais fazem parte do grupo de acervo lexical conhecido da língua concernente a partes do corpo, tanto de animais quanto de seres humanos. Na sequência, tem-se o campo semântico **Eventos**, que possui um total de 138 itens lexicais agrupados que diz respeito a ações e atividades.

**FIGURA 08: Campo semântico Corpo (I) e Eventos (II)**

### Corpo

Voltar para o começo

---

**aka** [a'ka] *substantivo*  
bunda

▶ 0:00 / 0:00 ● — 🔊 ⋮



*Oaka.*  
Minha bunda.

▶ 0:00 / 0:00 ● — 🔊 ⋮

(I)

### Eventos

Voltar para o começo

---

**abyt'aj ata** [abɨtʰaj a'ta] *verbo*  
casar (fala feminina)

▶ 0:00 / 0:00 ● — 🔊 ⋮

*Õt abyt'aj ata.*  
Eu casei (fala feminina).

▶ 0:00 / 0:00 ● — 🔊 ⋮

---

**adopa** [ado'pa] *verbo*  
olhando

▶ 0:00 / 0:00 ● — 🔊 ⋮



(II)

Fonte: O Autor

Posteriormente, tem-se o campo semântico de **Manufaturas** com 55 itens lexicais, que agrupa o léxico conhecido da língua correspondente a objetos, instrumentos e artefatos produzidos por mãos humanas. Em seguida, o campo semântico **Números**, com um total de 12 itens lexicais, correspondente ao conjunto de léxicos conhecidos da língua que são utilizados para quantificar.

**FIGURA 09: Campo semântico Manufaturas (I) e Números (II)**

### Manufaturas

Voltar para o começo

---

**ajpã** [aj'pã] *substantivo*  
rapé (pode ser feito de angico e outras plantas)

▶ 0:00 / 0:00 ● — 🔊 ⋮

*Aipã hit.*  
Cheirar rapé.

▶ 0:00 / 0:00 ● — 🔊 ⋮

(I)


### Números

Voltar para o começo

---

**axapaka** [ajapa'ka] *substantivo*  
uma

▶ 0:00 / 0:00 ● — 🔊 ⋮



(II)

Fonte: O Autor

Após, estão organizados os léxicos correspondentes ao campo semântico **Pessoa**, que possui um total de 31 itens lexicais e agrupa os vocábulos correspondentes a parentescos, os pronomes da língua e termos genéricos que se referem a pessoas. Posteriormente, há o campo semântico **Propriedades**, com 76 itens lexicais e que organiza o acervo lexical da língua correspondente a características e estados de pessoas, objetos e outros.

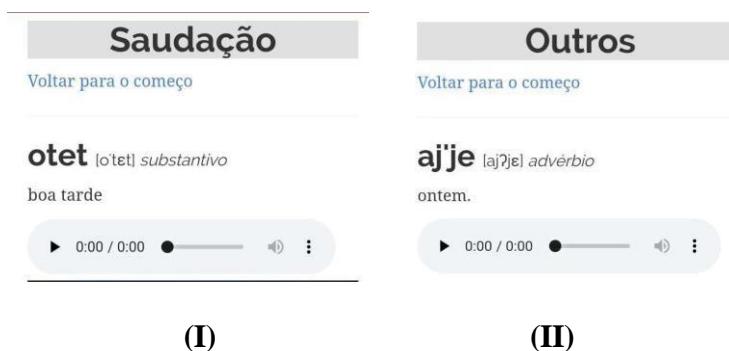
**FIGURA 10: Campo semântico Pessoa (I) e Propriedades (II)**



Fonte: O Autor

Ao fim do dicionário, estão organizados os itens lexicais correspondentes a **Saudações** e estes totalizam somente 03 vocábulos. Por último, estão organizados os itens lexicais do campo semântico **Outros**, com um total de 14 itens, no qual estão contidos os itens lexicais da língua que não integram nenhuma das categorias semânticas propostas e nem possuem outros itens lexicais próximos semanticamente o suficiente para formarem um novo campo semântico dentro da organização interna do dicionário.

**FIGURA 11: Campo semântico Saudações (I) e Outros (II)**



Fonte: O Autor

A Tabela 1, a seguir, apresenta de forma numéricos os campos semânticos e o total de itens lexicais contidos em cada um deles.

**Tabela 01: Divisão dos itens lexicais por campo semântico.**

Campo Semântico	Quantidade de itens lexicais
Animais	230 itens lexicais
Plantas	46 itens lexicais
Natureza	50 itens lexicais
Corpo	72 itens lexicais
Eventos	138 itens lexicais
Manufaturas	55 itens lexicais
Números	12 itens lexicais
Pessoa	31 itens lexicais
Propriedades	76 itens lexicais
Saudações	03 itens lexicais
Outros	14 itens lexicais

Fonte: O Autor.

Ainda no que diz respeito à macroestrutura, a organização dos itens lexicais nos campos semânticos ocorre em ordem alfabética, porém, há campos semânticos em que foi necessária uma organização do léxico de modo a facilitar o acesso a determinados itens lexicais. Este caso se aplica ao campo semântico Pessoa e Número. No campo semântico Pessoa, organizou-se os itens lexicais considerando a classe gramatical, a fim de se iniciar com os pronomes e, em seguida, os demais itens lexicais; já no campo semântico Números, foi necessário priorizar a ordem numérica dos itens lexicais ao invés da organização dos vocábulos em ordem alfabética.

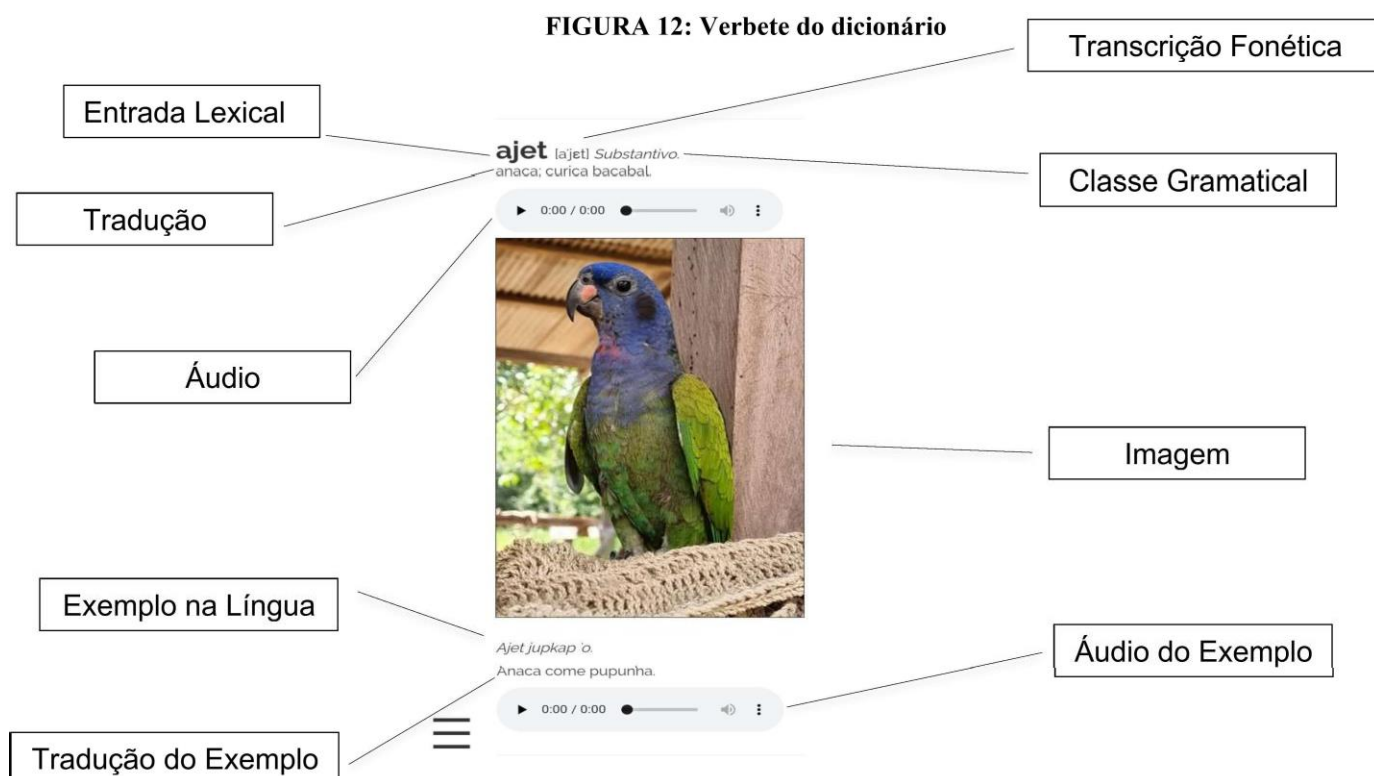
Quanto às classes gramaticais de todo o acervo lexicográfico organizado no dicionário, os itens lexicais conhecidos da língua indígena Puruborá foram classificados em Adjetivo, Advérbio, Numeral, Pronome, Substantivo e Verbo. A classe gramatical mais numerosa é a de substantivos, com um total de 500 itens lexicais, seguida da classe gramatical dos verbos, com 138 itens lexicais, e dos adjetivos, que totalizam 65 itens lexicais. Por outro lado, a classe

menos numerosa foi a dos pronomes, com 06 itens lexicais. Os advérbios e os numerais contêm, respectivamente, 08 e 10 itens lexicais.

Além de toda essa organização dos itens lexicais da língua Puruborá, o dicionário conta também com um total de 507 exemplos de uso da língua em contexto, ou seja, há itens lexicais que também contam com sentenças que exemplificam o uso do item lexical em construções mais complexas como frases. Ao todo, aproximadamente 70% dos itens lexicais organizados no dicionário possuem exemplos de uso em frases.

Além da organização do acervo lexical, pelo fato do produto consistir em material multimídia, há um total de 727 áudios de falantes da língua pronunciando o item lexical, desse modo, todos os itens lexicais são acompanhados de áudio com a respectiva pronúncia, bem como cada uma das frases, totalizando 507 áudios de uso da língua em contexto, desse modo, 100% dos itens lexicais possuem recurso auditivo para auxiliar na sua compreensão. Além disso, um total de 424 itens lexicais possuem imagens ilustrativas, totalizando, aproximadamente 60% dos itens lexicais do dicionário com recurso visual para auxiliar na sua compreensão.

No que diz respeito à microestrutura de cada um dos verbetes do dicionário, há um conjunto de informações que realizam uma complementação semântica entre si e auxiliam no processo de compreensão do item lexical. Assim, a organização do verbete se estrutura de forma padronizada para todos os itens lexicais que compõem o dicionário, conforme a apresentação da Figura 01.



Fonte: O autor

Na microestrutura do dicionário, o verbete é organizado da seguinte forma: inicia com a entrada lexical em Puruborá, tendo ao lado dela a transcrição fonética e a classe gramatical. Abaixo há a tradução em língua portuguesa e, abaixo desta, o áudio do falante pronunciando o item lexical e, quando há, é seguido logo abaixo pela imagem ilustrativa do item lexical. Abaixo da imagem, quando há, tem-se o exemplo de uso em contexto na forma de uma frase em que o item lexical está contido transcrita em Puruborá, seguida, logo abaixo, pela tradução desta em língua portuguesa e pelo áudio do falante pronunciando a frase.

Assim, tal organização foi pensada para facilitar o uso dentro do contexto de um projeto mais amplo que se desenrola dentro da comunidade indígena Puruborá: a revitalização da língua. O objetivo é gerar um produto intuitivo, de fácil acesso e manuseio e, principalmente, que atenda às demandas e às necessidades do povo indígena Puruborá.

Atualmente, o processo de retomada da língua e as tentativas de reversão das mudanças linguísticas provocadas pelos séculos de contato interétnico se ancoram principalmente no contexto de ensino-aprendizagem da cultura e da língua tradicional na escola existente na aldeia. Por isso, a organização do dicionário foi também pensada para atender às demandas que surgem nesse espaço e facilitar o acesso e a aprendizagem da língua pelas gerações mais novas.

Desse modo, a organização da obra lexicográfica se deu tomando como base proposições teórico-metodológicas canônicas e cientificamente referenciadas do processo de produção de materiais deste caráter, mas também implementou, ao longo do seu desenvolvimento, metodologias atualizadas e voltadas para o contexto de revitalização de línguas indígenas severamente ameaçadas.

## **5.2 Das problemáticas de pesquisa**

A elaboração de um dicionário possui, por si só, uma série de desafios que são impostos ao longo do processo de produção da obra lexicográfica. Tal trabalho se torna mais ou menos complicado conforme as especificidades da obra, como se é monolíngue ou bilíngue, qual a situação da língua em questão e outros aspectos característicos de dicionários. Um destes aspectos é, justamente, o formato, ou seja, se o produto finalizado irá ser no formato impresso ou digital.

Os dicionários impressos se constituem enquanto os tipos mais comuns e antigos de obras lexicográficas, porém, no contexto atual e, especificamente no contexto da revitalização linguística de línguas indígenas ameaçadas e que se encontram em processo de documentação, os dicionários digitais vêm se apresentando enquanto a alternativa mais adequada.

Isso ocorre pelo fato de dicionários digitais permitirem o uso de mídias de diferentes formatos como áudio, vídeo e imagens. Cada uma dessas mídias, quando associadas ao item lexical, tem a capacidade de complementar o significado do mesmo ao explicar diferentes partes dele no dicionário. A imagem pode ilustrar o objeto ao qual o item lexical nomeia, o áudio pode demonstrar como se pronuncia determinado item ou exemplo de uso, etc.

Esse fator se constitui enquanto vantajoso no contexto da revitalização linguística por proporcionar, para além dessas vantagens específicas, outras como uma facilidade de acesso dessas tecnologias por parte dos mais jovens. Além disso, outra vantagem dentro desse contexto é a ampla possibilidade de difusão de materiais desse tipo em caráter digital.

O alcance e o fácil acesso de informações do léxico de uma língua indígena ameaçada são fatores necessários dentro do processo de recuperação de vitalidade da língua, visto que, são materiais que podem ser consultados a qualquer momento pela comunidade que a utiliza e fornecem informações pertinentes à fala, bem como têm a capacidade de dar outra finalidade para os dados da documentação, retornando estes à comunidade na forma de um produto de uso prático e cotidiano.

No contexto do dicionário multimídia bilíngue Puruborá-Português, esse foi o conjunto de vantagens almejados ao se optar pela sua produção em formato multimídia. Na produção deste dicionário, foi trabalhado somente com dois formatos de mídias: áudios e imagens. Apesar de todas as vantagens de se produzir dicionários desse tipo, o processo de produção deles impõe muitos desafios e problemas que dificultam o trabalho.

A primeira delas diz respeito à qualidade dos arquivos de áudios utilizados para compor o dicionário multimídia bilíngue Puruborá-Português. Os áudios utilizados fazem parte do acervo da língua Puruborá do Museu Paraense Emílio Goeldi, tais arquivos são provenientes do projeto de documentação da língua coletados por Galúcio (2001-2007). Desse modo, uma parte dos áudios coletados no âmbito desse projeto possuíam problemas que dificultavam e/ou impossibilitavam seu uso por estarem inaudíveis, tanto por motivos de baixo volume quanto pela existência de ruídos.

Esse problema da qualidade dos áudios foi provocado por dois fatores principais. Em primeiro lugar, os arquivos de áudio originais estão em formato WAV, uma extensão maior e de melhor qualidade. Porém, pelo fato do dicionário ser um produto multimídia e ter uma

proposta de tecnologia social que será devolvida à comunidade, existem restrições quanto ao tamanho final do produto que, caso seja muito pesado, dificulta a sua difusão na comunidade. Assim, se fez necessário um processo de conversão dos arquivos dos áudios em WAV para o formato MP3, um formato mais compacto. Nesse processo de conversão dos áudios, de um formato para o outro, muitas vezes, ocorreu uma diminuição da qualidade do áudio pela compressão à qual foi submetido.

Em segundo lugar, a problemática na qualidade dos áudios foi também causada pelas condições do ambiente em que se realizou as gravações. Tal fator, no processo de documentação requer atenção do pesquisador, pois, qualquer tipo de ruído ou barulho externo pode ser captado pelo equipamento e, por estar mais alto, tornar inaudível ou incompreensível a voz do falante da língua em questão. Tal problemática foi solucionada por meio do tratamento dos áudios com estas características utilizando-se um programa chamado *Audacity*. Este programa permite fazer modificações e manipulações nos áudios, a fim de melhorar sua qualidade em diversos aspectos, dentre eles, elementos como volume e redução dos ruídos.

Além disso, existe a necessidade de uma diferenciação quanto aos áudios e às problemáticas enfrentadas. A qualidade dos áudios era suficientemente boa para atender as demandas da documentação, porém, para serem utilizados em uma tecnologia social e que viria a ser difundida ao público, a qualidade dos áudios não era suficientemente boa e não atendia de forma satisfatória às necessidades do produto.

A segunda problemática enfrentada no processo de desenvolvimento do dicionário foi a falta de imagens adequadas e representativas para a composição do produto. As imagens utilizadas no dicionário possuem duas origens distintas, uma parte das imagens foram selecionadas foram coletadas em campo e fazem parte do acervo pessoal de Ana Vilacy Galúcio, e a outra parte foi selecionada em bancos de imagens livres *online*. Entretanto, devido o fato de haver poucas imagens no acervo pessoal que servissem para serem utilizadas no dicionário, a busca *online* por imagens de qualidade e que fossem representativas se fez necessária. Mas, dentro dos acervos de imagens *online*, a grande maioria delas não eram satisfatórias à necessidade de representação dos itens lexicais.

A dificuldade de encontrar imagens para compor a microestrutura dos itens lexicais variou conforme o campo semântico. Em alguns campos como animais e natureza foi mais fácil encontrar imagens representativas, já em outros campos como corpo ou manufaturas o processo de localização de imagens representativas foi mais dificultoso.

A maior problemática das imagens encontradas *online* foi decorrente do fato de não serem representativas, ou seja, não conseguirem representar de forma fiel e/ou próxima o item

lexical da forma como é conhecido na comunidade. Em geral, consistiam em imagens genéricas que não correspondiam com exatidão ao significado do item lexical.

Tal problemática só foi parcialmente resolvida por meio da solicitação de imagens com a própria comunidade indígena que passaram a fotografar objetos, plantas, animais, e demais itens necessários para integrar a microestrutura dos itens lexicais. Este trabalho foi qualitativo, pois, ao produzirem-se as imagens que iriam integrar o dicionário, fez-se com que o produto estivesse de acordo com os aspectos culturais e com as expectativas do povo Puruborá.

Todavia, tal solução foi elaborada tardiamente e, por conta disso, não foi possível preencher todos os itens lexicais com imagens. Porém, foi possível realizar a expansão do acervo de imagens que compõem o dicionário e, a partir disso, contemplar grande parte dos itens lexicais com imagens para complementação semântica.

### **5.3 Das finalidades e usos**

O Dicionário Multimídia Bilingue Puruborá-Português se insere em um contexto muito mais amplo denominado revitalização linguística. Segundo Amaral (2020), ao discutir sobre estratégias para revitalização de línguas ameaçadas, conceitua esta como uma área ou campo que busca proporcionar a manutenção, retomada, apoio ou a revitalização de línguas que se encontram ameaçadas, adormecidas ou minorizadas.

Desse modo, o campo da revitalização busca desenvolver conjuntos de práticas e estratégias que promovam o uso de línguas que se encontram nessas realidades, como é o caso das línguas indígenas brasileiras. Assim, o campo da revitalização de línguas tem como finalidade central elaborar metodologias capazes de manter tais línguas em uso dentro de suas respectivas comunidades de fala.

No que diz respeito a aspectos técnicos do campo da revitalização, o processo de revitalizar línguas consistiria no aumento da vitalidade da língua por meio de intervenções diretas ou indiretas no contexto da comunidade de fala. Tais intervenções precisam contemplar múltiplas dimensões dessa comunidade e combinar práticas para atender as demandas que se fazem necessárias para a revitalização da língua.

Galúcio (2021), ao discutir a revitalização de línguas aliada à processos de documentação, apresenta a vitalidade linguística enquanto o estado da língua medido a partir de critérios específicos como número de falantes, ambientes de uso, grau de transmissão e

aquisição da língua, dentre outros critérios avaliativos estabelecidos por especialistas à pedido da Unesco.

“[...] a saber: grau de transmissão intergeracional, número absoluto de falantes, proporção de falantes em relação à população total, domínios de uso, adaptação a novos domínios e mídias, existência de materiais disponíveis para educação, políticas públicas e reconhecimento institucional, atitudes linguísticas da comunidade de fala e quantidade e qualidade de documentação linguística da língua em questão 3. (Unesco, 2003 *apud* Galúcio, 2021, p. 24).

Assim, para o desenvolvimento qualitativo de projetos de revitalização de uma língua indígena ameaçada, se faz necessário elaborar medidas e estratégias capazes de incidir diretamente sobre múltiplos critérios avaliativos de vitalidade da língua. Isso implica uma avaliação cuidadosa e um diálogo constante com a comunidade, a fim de estabelecer as estratégias mais adequadas e eficazes para manter a língua em uso.

Para tal, é imprescindível que haja um diálogo constante também entre o campo da revitalização e outros campos ou áreas de estudos capazes de auxiliar e dar suporte a projetos que possuem como objetivo revitalizar uma língua. Tal intersecção é necessária para produzir resultados mais concretos no âmbito da revitalização e diversificar metodologias para atingir o objetivo final: manter a língua em uso.

Dentre as diversas possibilidades de áreas que podem se associar ao campo da revitalização, existem duas que se destacam pela sua importância no contexto da comunidade de fala Puruborá: o campo da documentação linguística e a área de ensino-aprendizagem de línguas. Tais áreas contribuem de forma qualitativa por meio de metodologias e estratégias no âmbito do projeto de revitalização da língua Puruborá.

A relação entre a documentação e a revitalização de uma língua é importante pois, a partir da documentação, é possível realizar diversas outras práticas capazes de manter ou restabelecer o uso da língua. Ao discutir sobre a necessidade de intersecção destes campos, Galúcio (2021, p. 28) estabelece que, “A intersecção entre a documentação e a revitalização de línguas é não somente desejável como também necessária face à situação atual de grande parte das línguas minorizadas.”

Além disso, ainda no âmbito desta discussão, Galúcio (2021) ressalta que a eficácia desta intersecção para reverter as perdas linguísticas depende da incorporação de alguns objetivos da revitalização nos projetos de documentação de línguas e destaca dois objetivos principais: a inserção da comunidade e o planejamento linguístico.

De acordo com a autora, no que tange à inserção da comunidade, esta se faz necessária para que os projetos sejam de base comunitária e participativa, a fim de envolver a

comunidade no projeto e balancear as expectativas entre os linguistas e a comunidade. Já no que tange ao planejamento linguístico, a autora, tomando como suporte as proposições de Amaral (2020), ressalta que este é necessário para se estabelecer a finalidade dos dados e, conseqüentemente, quais tipos de dados serão documentados.

Assim, somente desse modo a documentação se torna uma importante aliada no campo da revitalização de línguas indígenas ameaçadas e serve aos projetos desenvolvidos neste âmbito.

No que diz respeito à relação estabelecida entre a revitalização e a documentação no contexto da língua Puruborá, esta intersecção contribuiu de forma significativa em diversos aspectos e possibilitou diversas práticas a partir dela. Além disso, cabe ressaltar que, o projeto de documentação da língua, incorporou ambos objetivos destacados por Galúcio (2021) durante o seu desenvolvimento.

Desse modo, o projeto de documentação da língua, que teve como principais colaboradores no tocante ao material linguístico documentado o sr. Paulo Aporete Filho (*in memorian*) e o sr. Nilo Evangelista Puruborá (*in memorian*), ambos já falecidos atualmente, foi desenvolvido integrando também os demais membros da comunidade Puruborá.

Além disso, com uma atuação mais recente no processo de documentação e revitalização da língua, há também a figura do sabedor indígena Mário de Oliveira Neto, o qual aprendeu a língua com os tios avós e a partir dos dados documentados e, hoje em dia, atua no ensino aprendido da língua na comunidade.

Ao discutir o projeto de revitalização da língua Puruborá, Oliveira Neto (2020, p. 12), comenta “No começo, eu não sabia falar a nossa língua, por isso considero que o trabalho de documentação e resgate do conhecimento dos nossos anciãos estimulou um reavivamento da cultura e dos costumes indígenas. ”

Tal realidade demonstra a importância da inserção da comunidade nesse processo e como ela serve qualitativamente à revitalização da língua, proporcionando e incentivando a própria comunidade a atuar neste âmbito.

Quanto ao objetivo do planejamento linguístico, este também foi incorporado ao projeto de documentação da língua e produziu resultados qualitativos. A maior parte dos dados da língua que foram coletados durante o projeto de documentação da língua Puruborá consistiam em elicitaciones de listas de palavras e frases na língua.

Foi a coleta deste tipo de material específico que proporcionou a produção do Dicionário Multimídia Bilíngue Puruborá-Português. Estes tipos de dados foram coletados com a finalidade de produção de uma obra lexicográfica da língua Puruborá e, sem este

planejamento linguístico prévio sobre quais tipos de dados e qual seria a finalidade destes, não seria possível utilizar o material linguístico existente.

Dado o grau de ameaça em que a língua Puruborá se encontrava no momento da documentação, contando com somente dois anciões que detinham a maior parte do conhecimento da língua, sem a realização de um planejamento linguístico prévio, o resultado poderia ser a existência de um conjunto de dados linguísticos que seriam somente guardados para fins de registro da existência da língua, mas que não seriam utilizados concretamente em processos de revitalização e, menos ainda devolvidos à comunidade com uma utilidade prática e funcional.

Diante disso, fica evidente como o diálogo entre ambas as áreas, documentação e revitalização, é extremamente necessário para que se combine metodologias e para que os resultados obtidos a partir da aplicação dos conhecimentos técnicos e teóricos das duas sejam os mais qualitativos possíveis, retornando esses conhecimentos à comunidade indígena e contribuindo para a manutenção ou retomada de sua língua.

A outra área que se associa ao campo da revitalização linguística no contexto da comunidade de fala Puruborá é a área do ensino-aprendizado de línguas. Tal área é de grande importância pois incide diretamente em um dos critérios avaliativos de vitalidade a fim de reverter uma das mais graves problemáticas das várias línguas indígenas brasileiras, incluso Puruborá: a falta de transmissão intergeracional da língua.

Em estudo que discute elementos no contexto da educação escolar indígena de Rondônia, Galúcio (2020), caracteriza que

A situação de vitalidade dessas línguas reflete a situação mais geral encontrada no país, na qual muitas estão em avançado grau de obsolescência, tendo passado por um longo processo de silenciamento. Em diversos casos, a transmissão foi interrompida há pelo menos uma ou duas gerações, resultando em situações nas quais as crianças e os jovens-adultos não falam nem compreendem a língua tradicional de sua etnia [...]”. (Galúcio, 2020, p. 03).

Tal realidade demonstra que é necessário pensar estratégias para proporcionar a transmissão intergeracional da língua, pois, este processo contribui para manter a língua em uso na comunidade. Desse modo, garantir que ocorra esta transmissão permite que a língua seja constantemente resguardada pelas gerações mais novas e não caia em desuso, além de proporcionar a sua constante renovação conforme se alterem as necessidades comunicativas de seus falantes.

Apesar do processo de ensino-aprendizagem não consistir na única metodologia capaz de proporcionar o processo de transmissão intergeracional de uma língua, no contexto da

revitalização da língua Puruborá, este método se apresenta enquanto eficaz e vem sendo implementado no contexto da comunidade de fala.

Na comunidade Puruborá, as ações de revitalização tem como palco central o espaço escolar no âmbito da escola Ywara Puruborá, na qual ocorre o ensino e aprendizado da língua juntamente com outros conhecimentos. É por meio das aulas que se ensinam para as gerações mais novas aspectos da cultura e a própria língua indígena.

Ao refletir a respeito do processo de ensino da língua Puruborá na escola Ywara e das dificuldades enfrentadas, Oliveira Neto (2020, p. 14), ressalta que “[...] com esse trabalho realizado na escola, estamos avançando no ensino-aprendizagem da língua Puruborá.” Tal avanço é significativo pois representa o empenho de toda a comunidade de revitalizar a língua e mantê-la viva e em uso.

Além disso, quando se analisa o histórico deste processo de revitalização da língua Puruborá, é perceptível um avanço na ampliação dos espaços de uso da língua e das pessoas que tem acesso a ela. No início do processo de documentação da língua, havia somente dois anciões que detinham tal conhecimento e alguns poucos anciões que tiveram contato em algum momento de sua história com a língua Puruborá.

Atualmente, ao discutir sobre esse processo de ensino da língua, Oliveira Neto (2020, p. 14) aponta quais resultados concretos as práticas de revitalização produziram. “Já estamos fazendo pequenas músicas. Estamos também preparando um material de didático para os alunos futuros. [...] Também temos duas músicas que fizemos na escola com a participação dos alunos e professores.”

Isso representa um avanço concreto no projeto de revitalização em curso na comunidade Puruborá tendo como base a área de ensino aprendizado de línguas aliada à revitalização. Por meio de estratégias e métodos de ensino da língua, está sendo possível reconstruir a cadeia de transmissão intergeracional e repassando os conhecimentos linguísticos e culturais para as gerações mais novas que, a partir desse momento, passam a ser guardiões desse universo.

Tal cenário demonstra a importância que existe em se aliar o processo de revitalização de uma língua a atividades práticas de ensino e aprendizagem, para que sejam alcançados resultados qualitativos e que consigam reverter parte das mudanças linguísticas sofridas pela língua. Tal processo, ao funcionarem conjuntamente, contribuem mutuamente entre si e fornecem metodologias mais amplas para o processo de retomada ou manutenção da língua.

É nesse contexto que o Dicionário Multimídia Bilíngue Puruborá-Português pretende servir, não só como um registro da língua, mas também como um material de apoio que será

utilizado como suporte no ensino-aprendizagem de Puruborá. Esse dicionário se insere no contexto da revitalização pois terá uma utilidade prática e funcional, sendo um material que poderá ser consultado a qualquer momento.

Além disso, a proposta deste produto é que não se restrinja ao uso em sala de aula e nem somente aos alunos que frequentam a escola, mas sim, que o dicionário extrapole as fronteiras do espaço escolar e alcance também os demais membros da comunidade. Desse modo, o dicionário foi pensado para ser utilizado por todos da comunidade, das gerações mais novas às mais velhas, e que sirva como um verdadeiro auxiliar no aprendizado da língua dentro e fora da escola.

Por fim, pelo fato de ser um produto multimídia, com suporte de áudio e imagem e ser pensado para uso em celulares, o dicionário se torna um material de apoio muito mais atrativo para as gerações mais novas. Além da praticidade de possuir os conhecimentos da língua em mãos, este também possui uma interface de fácil manuseio.

Nesse sentido, é que o Dicionário Multimídia Bilíngue Puruborá-Português se apresenta enquanto um material que tem como objetivo principal dar suporte ao aprendizado da língua à todo o povo Puruborá e, também, retornar os conhecimentos linguísticos documentados à comunidade indígena Puruborá, seus detentores de direito, contribuindo assim, para a salvaguarda e para o processo de revitalização da língua indígena Puruborá.

## 6 CONCLUSÃO

O desenvolvimento desta pesquisa que resultou na elaboração do dicionário multimídia Puruborá-Português evidenciou a necessidade de se elaborar projetos de revitalização de línguas indígenas ameaçadas realizando um amplo planejamento para se estabelecer quais estratégias e métodos são requeridos para se realizar a manutenção ou retomada de determinada língua, realizando isso em diálogo com outras áreas e campos do conhecimento.

Apesar da revitalização linguística ser um campo que se encontra em processo de desenvolvimento, pelo fato de ser muito recente o seu surgimento, em sua atuação, este demonstra ser extremamente necessário para a manutenção e retomada de línguas indígenas ameaçadas no contexto brasileiro. Assim sendo, fica evidente também a necessidade de todo e qualquer projeto de revitalização de uma língua seja indissociável de um trabalho de base comunitária com a participação direta da comunidade linguística em todas as etapas de elaboração e produção. Além disso, é necessário que exista uma preocupação concreta de que todas essas práticas produzam retornos diretos e qualitativos para o povo indígena.

Desse modo, a elaboração do Dicionário Multimídia Bilíngue Puruborá-Português é uma ferramenta que retorna à comunidade seu patrimônio linguístico na forma de um produto com utilidade e uso prático. Tal obra lexicográfica se insere no contexto da revitalização linguística da língua indígena Puruborá pois se propõe a funcionar como material de suporte ao aprendizado de Puruborá dentro e fora do espaço escolar.

Por fim, é importante ressaltar a importância de se elaborar e pensar outras iniciativas semelhantes que possam ser inseridas no contexto da revitalização da língua Puruborá. O Dicionário terá uma utilidade prática e contribuirá no contexto da revitalização, mas tal material não supre todas as necessidades que existem no que tange ao aprendizado e retomada do uso da língua. Por isso, serão necessárias outras propostas semelhantes para se avançar cada vez mais na revitalização da língua Puruborá.

Além disso, de forma mais ampla, é necessário que se voltem os olhos para a revitalização de línguas ameaçadas enquanto um campo de grande importância no contexto atual, especialmente no cenário brasileiro, no qual grande parte das línguas indígenas se encontram em risco de desaparecimento.

Por isso, se faz necessário cada vez mais esforços e pessoas dispostas a atuar nesta área, a fim de desenvolvê-la e avançar na retomada e manutenção de línguas indígenas brasileiras em contexto de risco de desaparecimento, silenciamento e traçar estratégias para

evitar e/ou reduzir a perda de uma parte imensurável do patrimônio linguístico brasileiro e mundial.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rita Heloísa de. O diretório dos índios. Brasília: EdUNB, 1997.
- AMARAL, Luiz. Estratégias para a revitalização de línguas ameaçadas e a realidade brasileira. Cadernos de Linguística, v. 1, n. 3, p. 01-44, 30 Dec. 2020. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/251> Acesso em: 09 Set 2022.
- BONTKES, William. 1968. Puruborá. Rio de Janeiro: [s.n.]. Arquivo lingüístico do Museu Nacional. ms.
- BORBA, Francisco da Silva. Organização de dicionários: Uma introdução à lexicografia. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- BRITO, Saulo; BIRCHALL, Josué. 2022. csv2rmd : Um programa python para produzir dicionário multimídia com Markdown. Versão 0.1. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.6642438> .
- FERREIRA, Marília de Nazaré. Reflexões sobre a atividade de elaboração de um dicionário bilíngue. Revista Intercâmbio, volume XIX: 68-80, 2009. São Paulo: LAEL/PUC-SP.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. **Rio Babel: a história das línguas na Amazônia**. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.
- FITZGERALD, C. M. **Understanding language documentation and revitalization as a feedback loop**. In FAFULAS, S. (Ed.). Amazonian Spanish: Language contact and evolution, Amsterdam: John Benjamins, 2020. p. 81–104.
- GALÚCIO, Ana Vilacy. MOORE, Denny. VOORT, Hein Van der. **O patrimônio linguístico do Brasil: novas perspectivas e abordagens no planejamento e gestão de uma política da diversidade linguística**. Brasília. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2018.
- GALÚCIO, Ana Vilacy (2020). **Línguas de herança, obsolescência linguística e motivações para aprendizagem no contexto da educação escolar indígena: reflexões, dúvidas e desafios**. Cadernos de Linguística, v. 1, n. 3, p. 01-20.
- GALUCIO, Ana Vilacy . **Documentação e revitalização linguística: uma interseção possível, necessária e desejável**. In: Patrícia Goulart Tondineli. (Org.). (Re)vitalizar línguas

minorizadas e/ou ameaçadas: teorias, metodologias, pesquisas e experiências. 1ed.Porto Velho: Edufro, 2021, v. 1, p. 20-43.

GALUCIO, Ana Vilacy. **Puruborá: notas etnográficas e Linguísticas recentes**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n.2, p. 159-192, 2005.

GALUCIO, Ana Vilacy; PURUBORA, J. E. ; APORETE FILHO, P. . **Vocabulário Ilustrado - Animais na língua Puruborá**. 1. ed. Belém: MPEG, 2013. v. 1. 95p .

GALUCIO, Ana Vilacy. **O Projeto de Documentação da Língua Puruborá**. Povos Indígenas do Brasil. 2015. Disponível em: < [https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB\\_verbetes/purubor%C3%A1/leiamais\\_projeto%20de%20documenta%C3%A7%C3%A3o%20da%20l%C3%ADngua\(1\).pdf](https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_verbetes/purubor%C3%A1/leiamais_projeto%20de%20documenta%C3%A7%C3%A3o%20da%20l%C3%ADngua(1).pdf) >. Acessado em 15 de julho de 2021.

KOCH-GRÜNBERG, Theodore. 1932. **Wörterlisten “Tupi, Maué und Purúborá** in Journal de la Societé des Américanistes, v. 24, p.31-50.

MARIANI, Bethania. **Colonização Linguística: Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVIa XVIII) e nos Estados Unidos da América (Século XVIII)**. São Paulo: Pontes, 2004.

MENEZES, Tarsila dos Reis. GALUCIO, Ana Vilacy. VELDEN, Felipe Ferreira Vander. **Puruborá. Povos Indígenas do Brasil**. 2021. Disponível em: < <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Purubor%C3%A1> >. Acessado em 12 de julho de 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.), Deslandes, Suely Ferreira; Gomes, Romeu. **Pesquisa social teoria método e criatividade**. 28ª ed. Petrópolis, RJ; Vozes, 2009.

MONSERRAT, Ruth Maria Fonini. **Notícias sobre a língua Puruborá**. In: RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara. **Novos Estudos Sobre Línguas Indígenas**. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2005.

MOSEL, Ulrike. 2002: **Dictionary making in endangered speech communities**. Proceedings of the Workshop on Resources and Tools in Field Linguistics, paper 7. 3rd International Conference on Language Resources and Evaluation (LREC3). Las Palmas, Spain, 2002.

MOORE, Denny, GALUCIO, Ana Vilacy, GABAS JUNIOR, N. **Desafio de documentar e preservar línguas**. Scientific American Brasil (Edição Especial). , v.3, p.36 - 43, 2008.

MOORE, Denny. 1989. **Lista de palavras Puruborá**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Arquivo Lingüístico do MPEG. (ms.)

OLIVEIRA NETO, Mário de. **Revitalização e ensino da língua Puruborá**. Cadernos de Linguística, v. 1, n. 3, p. 01-16. 2020.

UNESCO. Ad Hoc Expert Group on Endangered Languages. **Language Vitality and Endangerment**, 2003. Disponível em: <  
[http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/Language\\_vitality\\_and\\_endangerment\\_EN.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/Language_vitality_and_endangerment_EN.pdf)>. Acesso em: 01 mai. 2020.

WELKER, Herbert Andreas. **Dicionários: Uma pequena introdução à Lexicografia**. 2ed. revista e ampliada-Brasília: Thesaurus, 2004.